ampla
uma empresa endesa brasil

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

CNPJ/MF nº 33.050.071/0001-58

Companhia Aberta

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Ampla Energia e Serviços S/A submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, com os pareceres dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração dados consolidados em relação ao mesmo período de 2011, exceto quando especificado em contrário. A Ampla Energia e Serviços S/A é uma companhia do Grupo Enel. A Enel é uma das maiores empresas de energia do Mundo. O Grupo produz, distribui e vende energia sustentável, respeitando as pessoas e o meio ambiente. A Enel fornece energia para mais de 60 milhões de clientes residenciais e corporativos em 40 Países, e cria valor para 1,3 milhão de investidores.

AMBIENTE REGULATÓRIO

Reajuste Anual Tarifário: Em 09 de dezembro de 1996 foi firmado o Contrato de Concessão nº 005/1996 entre a União, por intermédio do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE, e a Ampla Energia e Serviços S/A. Esse contrato tem por objeto a regulação da exploração, pela concessionária, de serviços públicos de distribuição de energia elétrica da concessão de que esta é titular. O mencionado contrato estabelece, na Segunda Subcláusula da Cláusula Sétima, a periodicidade anual do reajuste de tarifas de energia elétrica da concessionária, mediante aplicação de fórmula específica, conforme a Quarta Subcláusula da Cláusula Sétima. O objetivo do Reajuste Tarifário Anual é restabelecer o poder de compra da receita da concessionária, segundo fórmula prevista no contrato de concessão. Acontece anualmente, na data de aniversário do contrato, exceto no ano de revisão tarifária. Para aplicação dessa fórmula, são calculados todos os custos não-gerenciáveis da distribuidora (parcela A). Os outros custos, constantes da parcela B, são corrigidos pelo IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas. A correção da parcela B ainda depende do fator X, índice fixado pela ANEEL na época da revisão tarifária. Sua função é repartir com o consumidor os ganhos de produtividade da concessionária, decorrentes do crescimento do número de unidades consumidoras e do aumento do consumo do mercado existente, o que contribui para a modicidade tarifária. Dessa forma, e em cumprimento do contrato de concessão, a ANEEL aplica, para os anos compreendidos entre as revisões tarifárias periódicas, o procedimento de reajuste tarifário anual (IRT). O Reajuste Tarifário da Ampla Energia de 2012, com vigência a partir do dia 15 de março de 2012, estabeleceu um incremento nas tarifas de 8,11%, sendo o efeito médio a ser percebido pelo mercado cativo da Companhia de 7,01%, tendo em vista a retirada da tarifa dos componentes financeiros oriundos do reajuste tarifário anual anterior. O contrato de concessão da distribuidora prevê a data de 15 de março para a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) definir as novas tarifas a serem praticadas pela empresa no ano corrente. Com o objetivo contribuir com os esforços do Governo Federal de reduzir as despesas embutidas no custo da energia, a Companhia encaminhou proposta à Aneel para que a data de Reajuste Contratual seja alterada para 30 de junho. Esta medida trará ainda benefícios para o consumidor, uma vez que, se aprovada, as alterações tarifárias deverão ocorrer entre os meses de junho/julho quando, historicamente, se registra menor consumo médio. Esta proposta foi colocada em audiência pública (que encontra aberta até a publicação deste relatório). Enquanto não ocorre a decisão definitiva sobre a postergação da data de Reajuste Contratual da Ampla Energia para 30, e tendo em vista que ainda existem incertezas em relação à aplicação do Decreto 7.945/2013, publicado no dia 8 de março de 2013, que detalha a medida de auxilio do governo federal às distribuidoras, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) adiou, temporariamente, de 15 de março para o próximo dia 15 de abril o reajuste tarifário anual da Ampla, já que o decreto tem reflexo direto no reajuste tarifário da Ampla. Deste modo, o percentual de reajuste ainda será calculado pela Aneel. As tarifas atuais permanecem vigentes até 14 de abril de 2013.

PRINCIPAIS INDICADORES

DESTAQUES DO PERÍODO

	2012	2011	Var. %
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)	10.472	9.964	5,1%
Receita Bruta (R$ mil)	5.465.278	4.951.053	10,4%
Receita Líquida (R$ mil)	3.690.989	3.312.371	11,4%
EBITDA(1) (R$ mil)	883.038	762.477	15,8%
Margem EBITDA (%)	23,92%	23,02%	0,90 p.p
EBIT(2) (R$ mil)	706.408	580.245	21,7%
Margem EBIT (%)	19,14%	17,52%	1,62 p.p
Lucro Líquido (R$ mil)	493.376	210.352	134,5%
Margem Líquida (%)	13,37%	6,35%	7,02 p.p
CAPEX (R$ mil)	460.024	469.766	-2,1%
DEC (12 meses)	17,54	19,24	-8,8%
FEC (12 meses)	9,25	9,83	-5,9%
Índice de Arrecadação (12 meses)	97,89%	98,79%	-0,90 p.p
Perdas de Energia (12 meses)	19,63%	19,66%	-0,03 p.p
Nº de Consumidores Totais	2.712.359	2.643.510	2,6%
Nº de Colaboradores (Próprios)	1.138	1.187	-4,1%
MWh/Colaborador	8.971	8.326	7,7%
MWh/Consumidor	3,91	3,81	2,6%
PMSO (4)/Consumidor	171,49	190,53	-10,0%
Consumidor/Colaborador	2.383	2.227	7,0%

(1) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações, (2) EBIT: Resultado do Serviço e (3) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

DESEMPENHO OPERACIONAL

NÚMERO DE CONSUMIDORES (UNID.)

	2012	2011	Var. %
Mercado Cativo	**2.398.289**	**2.334.495**	**2,7%**
Residencial – Convencional	1.899.196	1.907.888	-0,5%
Residencial - Baixa Renda	269.357	200.063	34,6%
Industrial	4.682	4.731	-1,0%
Comercial	145.784	144.607	0,8%
Rural	63.088	61.686	2,3%
Setor Público	16.182	15.520	4,3%
Clientes Livres	**39**	**34**	**14,7%**
Industrial	28	27	3,7%
Comercial	11	7	57,1%
Revenda	13	14	-7,1%
Subtotal - Consumidores Efetivos	**2.398.341**	**2.334.543**	**2,7%**
Consumo Próprio	365	368	-0,8%
Consumidores Ativos sem Fornecimento	313.653	308.599	1,6%
Total - Número de Consumidores	**2.712.359**	**2.643.510**	**2,6%**

A Ampla Energia encerrou o ano de 2012 com 2.712.359 unidades consumidoras ("consumidores"), 2,6% superior ao número de consumidores registrado ao final de 2011. Esse crescimento representa um acréscimo de 68.849 novos consumidores à base comercial da Companhia. O acréscimo observado entre os períodos analisados está concentrado na classe residencial (convencional e baixa renda, conjuntamente), com mais 60.602 novos consumidores. Essa evolução representa, em essência, o crescimento vegetativo do mercado cativo da Ampla Energia, reflexo dos investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia. Esses investimentos totalizaram o montante de R$ 153 milhões nos últimos 12 meses. Em termos de consumidores efetivos, a Companhia encerrou o ano de 2012 com 2.398.341 consumidores, um incremento de 2,7% em relação ao ano de 2011. Os consumidores efetivos representam o total dos consumidores excluindo-se as unidades de consumo próprio e os consumidores ativos sem fornecimento. A Companhia fechou 2012 com 39 clientes livres, um acréscimo de 5 novos clientes, que representa um incremento de 14,7% em relação ao número registrado no fechamento de 2011.

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWH)

	2012	2011	Var. %
Mercado Cativo	8.968	8.591	4,4%
Clientes Livres	1.504	1.373	9,5%
Total - Venda e Transporte de Energia	**10.472**	**9.964**	**5,1%**

O volume total de venda e transporte de energia na área de concessão da Ampla Energia no ano de 2012 foi de 10.472 GWh, o que representa um incremento de 5,1% (+508 GWh) em relação ao ano de 2011, cujo volume foi de 9.964 GWh. Esta variação é o efeito combinado de (i) um incremento observado no mercado cativo da Companhia de 4,4% (+377 GWh) em 2012 em relação a 2011 (8.968 GWh versus 8.591 GWh), impulsionado, ainda, por (ii) um maior volume de energia transportado para os clientes livres, cujo montante, em 2012, foi de 1.504 GWh, 9,5% superior ao registrado em 2011 (+131 GWh). Essa energia (transportada) gera uma receita para a Ampla Energia através da TUSD – Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição.

VENDA DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWH)

	2012	2011	Var. %
Residencial – Convencional	3.915	3.365	16,3%
Residencial - Baixa Renda	417	720	-42,1%
Industrial	1.058	1.154	-8,3%
Comercial	2.052	1.921	6,8%
Rural	234	221	5,9%
Setor Público	1.292	1.210	6,8%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	**8.968**	**8.591**	**4,4%**

O mercado cativo da Companhia apresentou uma evolução de 4,4% no ano de 2012 quando comparado ao ano de 2011. As classes residencial baixa renda e industrial apresentaram retração no consumo, em decorrência, respectivamente, (i) da aplicação dos novos critérios para enquadramento dos clientes residenciais baixa renda e (ii) pela migração de clientes do mercado cativo para o mercado livre.

INDICADORES OPERACIONAIS E DE PRODUTIVIDADE

	2012	2011	Var. %
DEC 12 meses (horas)	17,54	19,24	-8,8%
FEC 12 meses (vezes)	9,25	9,83	-5,9%
Perdas de Energia 12 meses (%)	19,63%	19,66%	-0,03 p.p
Índice de Arrecadação 12 meses (%)	97,89%	98,79%	-0,90 p.p
MWh/Colaborador	8.971	8.326	7,7%
MWh/Consumidor	3,91	3,81	2,6%
PMSO/Consumidor	171,49	190,53	-10.0%

Os indicadores DEC e FEC medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Ampla. Eles refletem: DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora): a duração média em que os consumidores da Companhia tiveram o seu fornecimento de energia interrompido. Medido em horas por período (no caso, horas nos últimos 12 meses). FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora): a frequência média em que os consumidores da Companhia tiveram o seu fornecimento de energia interrompido. Medido em vezes por período (no caso, vezes nos últimos 12 meses). A Ampla Energia encerrou o ano de 2012 com DEC de 17,54 horas, índice 8,8% melhor ao registrado no ano de 2011, de 19,24 horas. O FEC alcançou o patamar de 9,25 vezes, o que representa uma melhoria de 5,9% em relação a 2011, que fechou em 9,83 vezes. A Ampla Energia investiu R$ 67 milhões em qualidade do sistema no ano de 2011. As perdas de energia TAM – Taxa Anual Móvel (medição acumulada em 12 meses) alcançaram o valor de 19,63% em 2012, uma redução de 0,03 p.p. em relação às perdas registradas em 2011, de 19,66%. Em 2012, foram investidos no combate às perdas o montante de R$ 186 milhões. Em relação ao índice de arrecadação TAM (valores arrecadados sobre valores faturados, em 12 meses), o mesmo encerrou 2012 em 97,89%, percentual inferior (-0,90 p.p.) em relação ao encerramento de 2011, de 98,79%. Os indicadores MWh/colaborador e MWh/consumidor refletem a produtividade da Companhia, em termos de geração de valor pela força de trabalho (colaboradores) e em termos de geração de valor pela base comercial (consumidores). A Ampla Energia encerrou o ano de 2012 com o indicador de MWh/colaborador de 8.971, índice 7,7% superior que o valor de 2011, de 8.326. O indicador de MWh/consumidor alcançou o patamar de 3,91, o que representa um incremento de 2,6% em relação a 2011, que encerrou em 3,81. O indicador PMSO/consumidor, que busca avaliar a eficiência de custos pela base comercial da Companhia, alcançou o valor de R$171,49/consumidor em 2012, o que representa uma redução de 10% em relação ao ano anterior, que fechou em R$190,53/consumidor.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO (R$ MIL) E MARGENS (%)

	2012	2011	Var. %
Receita Operacional Bruta	5.465.278	4.951.053	10,4%
Deduções à Receita Operacional	(1.774.289)	(1.638.682)	8,3%
Receita Operacional Líquida	3.690.989	3.312.371	11,4%
Custos do Serviço e Despesas Operacionais	(2.984.581)	(2.732.126)	9,2%
EBITDA	**883.038**	**762.477**	**15,8%**
Margem EBITDA	23,92%	23,02%	0,90 p.p
EBIT	706.408	580.245	21,7%
Margem EBIT	19,14%	17,52%	1,62 p.p
Resultado Financeiro	58.488	(220.936)	-126,5%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(271.520)	(148.957)	82,3%
Lucro Líquido	**493.376**	**210.352**	**134,5%**
Margem Líquida	13,37%	6,35%	7,02 p.p
Lucro por Lote de Mil Ações (R$/lote de mil ações)	0,126	0,054	134,7%

Receita Operacional Bruta: A receita operacional bruta da Ampla Energia alcançou, em 2012, R$ 5.465 milhões, um crescimento de 10,4% em relação ao ano de 2011, de R$ 4.951 milhões (+R$ 514 milhões). Esse incremento é o efeito líquido dos seguintes fatores:

	2012	2011	Var. %
Fornecimento de Energia	4.616.520	4.067.982	13,5%
Baixa Renda	71.348	77.825	-8,3%
Fornecimento de Energia Total	**4.687.868**	**4.145.807**	**13,1%**
Suprimento de Energia Elétrica	59.608	49.554	20,3%
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica	252.127	235.997	6,8%
Receita - IFRIC 12*	403.646	448.631	-10,0%
Outras Receitas	62.029	71.064	-12,7%
Total - Receita Operacional Bruta	**5.465.278**	**4.951.053**	**10,4%**

Variações relevantes: *Fornecimento de Energia Elétrica (aumento de R$ 549 milhões)*: Este incremento está associado ao aumento do volume de energia vendida para o mercado cativo da Companhia de 4,4%, o qual foi, ainda, impulsionado pela aplicação do efeito do reajuste tarifário de 7,01%, aplicado a partir de 15 de março de 2012. Excluindo-se o efeito da receita operacional - IFRIC 12, a receita operacional bruta da Companhia, em 2012, alcançou o montante de R$ 5.062 milhões, o que representa um incremento de 12,4% em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R$ 4.502 milhões (+R$ 559 milhões). *A ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero *(contabilizando-se o mesmo valor na receita e na despesa)*, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais. **Deduções à Receita Operacional:** As deduções da receita apresentaram incremento de 8,3% em relação ao ano anterior, alcançando -R$ 1.774 milhões em 2012, contra -R$ 1.639 milhões no ano de 2011 (-R$ 136 milhões). Esse incremento é o efeito das seguintes variações:

	2012	2011	Var. %
ICMS	(1.178.219)	(1.082.223)	8,9%
PIS	(51.811)	(40.395)	28,3%
COFINS	(238.645)	(185.250)	28,8%
ISS	**(2.245)**	**(2.136)**	**5,1%**
Quota Reserva Global de Reversão - RGR	(67.046)	(68.543)	-2,2%
Subvenções CCC e CDE	(194.265)	(227.692)	-14,7%
Programa de Eficiência Energética e P&D	(32.422)	(24.194)	34,0%
Encargo de Capacidade/Aquisição Emergencial/Outros	**(9.636)**	**(8.249)**	**16,8%**
Total - Deduções da Receita	**(1.774.289)**	**(1.638.682)**	**8,3%**

ICMS, PIS e COFINS (aumento de R$ 161 milhões): Esta variação reflete o crescimento da base de cálculo para apuração destes tributos. O percentual sobre a base de cálculo continua em linha com o ano de 2011. *Subvenção CCC e CDE (redução de R$ 33 milhões)*: A partir de maio de 2012, através da Resolução nº 1.291 de 15/05/2012, a quota mensal do encargo CCC reduziu R$ 7 milhões em 2012, enquanto o encargo CDE teve aumento em sua quota mensal de R$ 7,9 milhões para R$ 8,9 milhões no ano de 2012, conforme Resolução Homologatória nº 1.243 de 13/12/2011. **Custos do Serviço e Despesas Operacionais:** Os custos e despesas operacionais em 2012 alcançaram -R$ 2.985 milhões, um incremento de 9,2% em relação ao ano de 2011, de -R$ 2.732 milhões (-R$ 253 milhões). Este incremento é o efeito das seguintes variações:

	2012	2011	Var. %
Custos e despesas não gerenciáveis			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.434.233)	(1.179.081)	21,6%
Taxa de Fiscalização da ANEEL	(8.341)	(7.392)	12,8%
Encargos de Uso/de Serviço do Sistema	(438.797)	(402.357)	9,1%
Total - Não gerenciáveis	**(1.881.371)**	**(1.588.830)**	**18,4%**
Custos e despesas gerenciáveis			
Pessoal	(151.747)	(143.245)	5,9%
Material e Serviços de Terceiros	(265.911)	(260.077)	2,2%
Custo na Desativação de Bens	(57.795)	(8.774)	–
Depreciação e Amortização	(176.630)	(182.232)	-3,1%
Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	(77.253)	(41.136)	87,8%
Provisão para Contingências	74.387	(22.087)	–
Custo de Construção (IFRIC 12)	(403.646)	(448.631)	-10,0%
Outras Despesas Operacionais	**(44.615)**	**(37.114)**	**20,2%**
Total – Gerenciáveis	**(1.103.210)**	**(1.143.296)**	**-3,5%**
Total - Custos do Serviço e Despesa Operacional	**(2.984.581)**	**(2.732.126)**	**9,2%**

Variações relevantes: *Energia Elétrica comprada para revenda (aumento de R$ 255 milhões)*: Este acréscimo deve-se (i) às liquidações no mercado de curto prazo, em um cenário de elevação expressiva no PLD, para atendimento à demanda do mercado cativo da Companhia, tendo em vista o incremento do consumo deste mercado no 4T12, (ii) ao reajuste de preço dos contratos de compra de energia vigentes ocorridos entre os períodos, (iii) a uma maior tarifa média (mix) de compra de energia, devido à entrada de novos contratos, especialmente de térmicas, que possuem uma tarifa mais elevada e (iv) aumento do custo variável pago às térmicas despachadas para garantir o nível mínimo dos reservatórios. *Encargo do Uso da Rede Elétrica/Encargo do Sistema – ESS (aumento de R$ 36 milhões)*: Este aumento decorre do reajuste contratual aplicado nos contratos de transmissão autorizado pela Resolução Homologatória nº 1.173, que reajustou as Receitas Anuais Permitidas das Transmissoras (RAP's) em média 4,5%, associado, ainda, ao incremento do volume de energia transportada sobre quais incidem os encargos e, também, ao maior despacho pelo ONS de usinas térmicas no período, tendo em vista a redução do nível dos reservatórios nacionais. *Custo na Desativação de Bens (aumento de R$ 49 milhões)*: Variação, não recorrente, decorrente do registro de aproximadamente R$ 36 milhões em 2012, associado à perda de valor de itens do ativo imobilizado. *Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (aumento de R$ 36 milhões)*: o aumento desta despesa decorre de ajuste na provisão para créditos de liquidação duvidosa e visa contemplar o montante de créditos que a Companhia julga ser de recebimento improvável. *Provisão para Contingências (redução de R$ 96 milhões)*: Durante o exercício de 2012 foi concluído processo junto à Enertrade, de forma irretratável e irrevogável, resultando na reversão da provisão que estava constituída, impactando o resultado da Companhia em R$ 102 milhões. Excluindo-se o efeito do custo operacional - IFRIC 12, os custos e despesas gerenciáveis da Companhia, em 2012, alcançaram o montante de -R$ 700 milhões, o que representa um incremento de 0,7% em relação ao ano anterior, cujo montante foi de -R$ 695 milhões (aumento de R$ 5 milhões). **EBITDA e Margem EBITDA:** Com base nas variações acima expostas, o EBITDA da Ampla Energia no ano de 2012, atingiu o montante de R$ 883 milhões, o que representa um incremento de 15,8% em relação ao ano de 2011, cujo montante foi de R$ 762 milhões (+R$ 121 milhões). A margem EBITDA da Companhia em 2012 foi de 23,92%, o que representa uma evolução de 0,90 p.p. em relação a 2011, de 23,02%. De acordo com a instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, a divulgação do cálculo do EBITDA e do EBIT deve ser acompanhada da conciliação dos valores que os compõem, constantes das demonstrações contábeis da companhia. De acordo com o artigo 10 da referida instrução, a mesma produz efeito nas divulgações a partir de 1º de janeiro de 2013. Assim, segue abaixo a conciliação dos cálculos acima citados:

	2012	2011	Var. %
Lucro Líquido do Período	493.376	210.352	134,5%
(+) Tributo sobre o Lucro (Nota Explicativa 32)	271.520	148.957	82,3%
(+) Resultado Financeiro (Nota Explicativa 31)	(58.488)	220.936	-126,5%
(=) EBIT	706.408	580.245	21,7%
(+) Depreciações e Amortizações (Nota Explicativa 30)	176.630	182.232	-3,1%
(=) EBITDA	883.038	762.477	15,8%

Resultado Financeiro: O resultado financeiro da Ampla Energia, no ano de 2012, ficou em R$ 58 milhões, um incremento de 126,5% em relação ao ano anterior, de -R$ 221 milhões (+R$ 279 milhões). Este incremento é o efeito líquido das seguintes variações:

	2012	2011	Var. %
Receitas Financeiras			
Renda de Aplicação Financeira	11.579	9.407	23,1%
Multas e Acréscimos Moratórios	54.638	46.756	16,9%
Receita Ativo Indenizável	307.410	15.118	–
Outras Receitas Financeiras	10.758	17.210	-37,5%
Total - Receitas Financeiras	**384.385**	**88.491**	**–**
Despesas financeiras			
Encargos de Dívidas	(125.675)	(147.124)	-14,6%
Atualização Financeira de provisão para contingências	(47.032)	(55.683)	-15,5%
Encargo de Fundo de Pensão	(49.984)	(25.382)	96,9%
Multas e Acréscimos Moratórios	(12.774)	(8.649)	47,7%
Variações Monetárias	(28.327)	(14.461)	95,9%
Indenizações DIC / FIC	(20.259)	(24.471)	-17,2%
IOF	(3.135)	(5.899)	-46,9%
Outras Despesas Financeiras	(38.711)	(27.758)	39,5%
Total - Despesas Financeiras	**(325.897)**	**(309.427)**	**5,3%**
Total - Receitas e Despesas Financeiras	**58.488**	**(220.936)**	**-126,5%**

Variações relevantes: *Receita do Ativo Indenizável (aumento de R$ 292 milhões)*: O incremento observado nesta rubrica se deve basicamente, ao registro contábil de um maior ativo e receita financeira no montante de R$ 292 milhões, tendo em vista a mudança de metodologia de avaliação do ativo indenizável, após a promulgação da Lei 12.783 que tornou definitiva a Medida Provisória n° 579 de 11 de setembro de 2012. A nova metodologia passou a ter como base o Valor Novo de Reposição - VNR. **Lucro Líquido e Margem Líquida:** Com base nos efeitos expostos anteriormente, a Ampla Energia registrou em 2012 um lucro líquido de R$ 493 milhões, valor 134,5% superior ao registrado no ano de 2011, que foi de R$ 210 milhões (+R$ 283 milhões). Desta forma, a Margem Líquida em 2012 alcançou 13,37%.

ENDIVIDAMENTO

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

	2012	2011	Var. %
Dívida bruta (R$ mil)	1.356.157	1.411.572	-3,9%
(-) Disponibilidades - Caixa e Equivalentes (R$ mil)	51.738	59.653	-13,3%
Dívida líquida (R$ mil)	1.304.419	1.351.919	-3,5%
Dívida bruta / EBITDA	1,54	1,85	-16,8%
EBITDA / Encargos de Dívida	7,03	5,18	35,7%
Dívida bruta / (Dívida bruta + PL)	0,40	0,46	-13,0%
Dívida líquida / (Dívida líquida + PL)	0,39	0,45	-13,3%

A dívida bruta da Ampla Energia encerrou o ano de 2012 em R$ 1.356 milhões, uma redução de 3,9% em relação ao ano de 2011, que foi de R$ 1.412 milhões (-R$ 55 milhões). Esta redução está basicamente associada (i) às diversas amortizações e captações de empréstimos com bancos privados no período (totalizando uma redução na dívida de R$ 170 milhões), (ii) à emissão da 7º série de debêntures não conversíveis pela Companhia, no total de R$ 400 milhões, em junho de 2012, e a (iii) amortização da 1ª série da 4ª e da 5ª emissões de debêntures não conversíveis da Ampla Energia, no montante de R$ 300 milhões. A Ampla Energia encerrou o ano de 2012 com o custo médio da dívida em 10,53% a.a., ou CDI + 2,1% a.a.

INVESTIMENTOS

INVESTIMENTOS (R$ MIL)

	2012	2011	Var. %
Investimentos por Demanda	186.068	172.394	7,9%
Novas Conexões	152.742	154.936	-1,4%
Atendimento à Demanda	33.326	17.458	90,9%
Qualidade do Sistema Elétrico	67.086	103.465	-35,2%
Programa Luz para Todos (PLPT)	–	5.657	-100,0%
Combate às Perdas	185.515	162.795	14,0%
Outros	21.355	25.455	-16,1%
Total Investido	**460.024**	**469.766**	**-2,1%**
Aportes / Subsídios	(20.216)	(14.847)	36,2%
Investimento Líquido	**439.808**	**454.919**	**-3,3%**

Os investimentos realizados pela Ampla Energia em 2012 alcançaram R$ 460 milhões, um decréscimo de 2,1% (-R$ 10 milhões) em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R$ 470 milhões. O maior volume, em 2012, foi direcionado aos investimentos no combate às perdas, que representou R$ 186 milhões de todo o valor investido no período mencionado. Excluindo os aportes e subsídios realizados, os investimentos líquidos realizados pela Ampla Energia atingiram R$ 440 milhões em 2012, montante 3,3% inferior ao realizado em 2011 (de R$ 455 milhões).

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Para as empresas da Endesa Brasil, a sustentabilidade é compreendida com um conceito tridimensional, que integra comportamento responsável nos aspectos sociais, ambientais e econômicos. Os objetivos, metas e indicadores são estabelecidos por meio de planejamento estratégico e monitorados nas diversas áreas da empresa, em alinhamento com os compromissos para o desenvolvimento sustentável. Na Ampla, as ações socioambientais são baseadas no relacionamento com as comunidades da áreas de concessão e têm o foco em projetos de educação para o consumo consciente e eficiência energética. Criado em 2009, o Consciência Ampla – o programa de responsabilidade socioambiental para a comunidade da empresa - reúne os doze principais projetos da empresa que beneficiam crianças, jovens, adultos e famílias em 2012. A empresa desenvolve ainda projetos de formação para o trabalho, geração de renda e assistência social, sempre apoiados pela Rede de Lideranças Comunitárias criada pela companhia. Em 2012 houve a expansão desta prática para o município de Angra dos Reis e o inicio do projeto de inovação da Rede de Relacionamento, dentro do projeto Cidade Inteligente - Búzios. Em 2012 os projetos socioambientais da ampla beneficiaram mais de 502 mil pessoas com um investimento de R$ 17,8 milhões. Entre os projetos realizados em 2012, destacam-se: **Consciência Ampla Saber**: Programa dirigido a clientes residenciais, é composto por palestras, oficinas e visitas domiciliares. Suas ações tem o foco na educação para o consumo consciente de energia. Em 2012 foram 103.456 beneficiados, sendo 42.917 pelos Agentes Comunitários, 10.006 pelas Oficinas e 50.533 pelas Palestras. **Eficiência energética**: As atividades englobam troca de instalações elétricas e refrigeradores de clientes de baixa renda, além de modernização de sistemas de iluminação, climatização e aquecimento em hospitais, escolas e no setor público. Destaca-se que em 2012, houve também o atendimento de comunidades indígenas e quilombolas em Angra dos Reis. As melhorias beneficiaram 1,19 milhão de pessoas no ano. **Consciência Ampla no Esporte**: Sob o conceito de esporte educacional, em 2012 o Consciência Ampla iniciou sua atuação nas práticas esportivas através de dois projetos Craque do Amanhã e o Campeão de Cidadania. Os jovens são beneficiados com metodologias que integram na linguagem do futebol elementos educacionais. Suas famílias também são trabalhadas por meio de oficinas para que possam melhor compreender o consumo consciente, seu papel de cidadão, a necessidade de apoio aos jovens e outros elementos. Foram atendidas 1.863 pessoas.

RECONHECIMENTOS

Selo "Lojas e SAC amigos do Cliente": O Atendimento Personalizado e a Central de Relacionamento conquistaram, respectivamente, os selos de Loja e SAC Amigos do Cliente, conferidos pelo Instituto Brasileiro de Relacionamento com o Cliente (IBRC). O órgão é líder e referência na missão de desenvolver o relacionamento com seus clientes externos e internos, educando empresas e executivos para uma relação de consumo de excelência. **Prêmio "Colunistas Promoção"**: O projeto "Canto de Natal" foi agraciado com o prêmio 'Colunistas Promoção' da Associação Brasileira dos Colunistas de Marketing e Propaganda (Abracomp). A instituição reconhece os melhores trabalhos em todas as mídias. A Ampla recebeu Bronze na categoria regional Ação Promocional Social ou Comunitária. **1º lugar no Questionário Ethos-Abradee**: A Ampla conquistou o 1º lugar no ranking do Questionário Ethos-Abradee que mede a incorporação de práticas de responsabilidade social empresarial ao dia-a-dia das companhias, dentro de áreas e temas mais relevantes para a sustentabilidade. **Melhor empresa do Brasil em Estratégia e gestão – Revista Exame**: A empresa foi eleita a melhor em estratégia e gestão dentro do prêmio das 150 melhores empresas para se trabalhar da Revista Exame. O prêmio considera a consistência que a estratégia agrega aos negócios e compreende também a organização e sua relação com o ambiente interno. **Prêmio ABT – Associação Brasileira de Telesserviços**: A Central de Relacionamento da Ampla foi reconhecida pela ABT - Associação Brasileira de Telesserviços e premiada pelo Programa Anjos na Central, que seleciona, capacita, desenvolve e reconhece os melhores atendentes da Central de Relacionamento. **Prêmio Nacional Aberje 2012**: A série "Barrinhas", parceria da Ampla com o Canal Futura e produção da Giroscópio Filmes, recebeu o prêmio nacional Aberje 2012, concedido pela Associação Brasileira de Comunicação Empresarial. O prêmio reconhece as melhores práticas do setor no país. **Prêmio Promax BDA LatinAmerica 2012**: a série de vídeos Barrinhas, conquistou o primeiro lugar na categoria interestatal campanha/séries do Prêmio Promax BDA LatinAmerica 2012. O prêmio elege as melhores iniciativas em promoção, mercado e design. **Great Place to Work (GTPW)**: A Ampla ficou entre as "100 melhores para Trabalhar no Brasil", em 2012.

OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS

Em 04 de outubro de 2011, a Endesa Latinoamérica consumou com a EDP – Energias de Portugal a operação de compra e venda de ações, por meio da qual a Endesa Latinoamerica adquiriu 302.176.533.045 ações ordinárias de propriedade da EDP e representativas de 7,70% do capital social da Companhia. Dentro do prazo fixado na Instrução CVM nº 361, de 05 de março de 2002, depois de ultimadas as providências cabíveis em curso, de contratação de instituição intermediária e de emissão do laudo de avaliação da companhia, a Endesa Latinoamerica apresentou, no dia 15 de março de 2012, à Comissão de Valores Mobiliários o pedido para realização de Oferta Pública objetivando a aquisição da totalidade das ações emitidas pela Companhia em circulação no mercado. No dia 16 de abril de 2012, foi concluído o leilão da oferta pública de aquisição de ações por aumento de participação. Com a conclusão do leilão, a Endesa Latinoamerica adquiriu 10.354.610 ações ordinárias de emissão da Companhia. A liquidação da OPA ocorreu em 19 de abril de 2012. No dia 26 de dezembro de 2012, como parte da operação de aumento de capital da controladora indireta Enersis, a Endesa Latam foi cindida parcialmente, com versão de parcela do patrimônio para uma nova sociedade, denominada Cono Sur Participaciones S.L. ("Cono Sur"). Através da referida cisão, as 302.186.887.655 ações ordinárias de emissão da Ampla Energia, representativas de 7,70% do seu capital social, de propriedade da Endesa Latam foram transferidas, junto com outros ativos, para Cono Sur. Resta em circulação um total de 14.238.838.779 ações, o que representa 0,36% do capital total da Companhia.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos da Instituição CVM n° 381, de 14 de janeiro de 2003, destacamos que a Companhia firmou contrato com a Ernst & Young Terco Auditores Independentes, para prestação de serviços de auditoria de suas Demonstrações Financeiras Anuais e revisões das suas informações trimestrais para um período de 5 (cinco) anos, assim como contratou alguns serviços relativos à revisão de informações financeiras constantes em relatórios de uso especifico da empresa e suas contrapartes, tendo todos esses serviços a natureza de serviços de auditoria externa independente. A Ernst &Young Terco não prestou à Companhia serviços não-relacionados à auditoria independente. A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo Endesa quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto ao auditor independente, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	31/12/2012	31/12/2011
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	**20.813**	59.488
Títulos e valores mobiliários	5	**30.925**	165
Consumidores, concessionários e permissionários	6	**687.950**	642.011
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	**(107.213)**	(110.201)
Subvenção de baixa renda	7	**14.852**	22.157
Estoques		**388**	740
Tributos a compensar	8	**44.298**	99.904
Cauções e depósitos	9	**28.022**	26.748
Energia livre	10	**2.797**	3.832
Despesas pagas antecipadamente		**2.091**	439
Outros créditos	11	**129.184**	71.891
Total do ativo circulante		**854.107**	817.174
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Consumidores, concessionários e permissionários	6	**77.701**	74.097
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	**(49.538)**	(53.230)
Tributos a compensar	8	**90.699**	74.046
Depósitos vinculados a litígios	13	**150.412**	145.646
Cauções e depósitos	9	**8.027**	23.374
Partes relacionadas	22	**235**	659
Ativo indenizável (concessão)	14	**1.032.063**	561.536
Tributos diferidos	12	**389.237**	408.307
Imobilizado		**43.104**	41.394
Intangível	15	**2.633.075**	2.565.506
Total do ativo não circulante		**4.375.015**	3.841.335
TOTAL DO ATIVO		**5.229.122**	4.658.509

PASSIVO	Notas	31/12/2012	31/12/2011
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	16	**450.433**	317.865
Empréstimos e financiamentos	17	**176.967**	248.859
Debêntures	18	**71.743**	318.389
Obrigações trabalhistas		**32.526**	29.547
Obrigações fiscais	19	**60.554**	53.261
Taxas regulamentares	20	**33.613**	35.954
Dividendos a pagar		**128.026**	24.007
Contribuição de iluminação pública arrecadada		**15.461**	13.659
Parcelamento especial	21	**6.956**	7.215
Partes relacionadas	22	**1.005**	1.279
Programas de P&D e de eficiência energética	23	**44.090**	23.028
Energia livre	10	**27.489**	25.205
Outras obrigações		**12.784**	10.892
Total do passivo circulante		**1.061.647**	1.109.160
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	17	**278.491**	389.640
Debêntures	18	**828.956**	454.684
Tributos diferidos	12	**119.111**	28.686
Obrigações com benefícios pós-emprego	24	**480.896**	529.230
Partes relacionadas	22	**99**	99
Programas de P&D e de eficiência energética	23	**4.380**	2.266
Parcelamento especial	21	**1.006**	7.721
Energia livre	10	**4.217**	3.892
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	25	**396.911**	497.370
Outras obrigações		**582**	25
Total do passivo não circulante		**2.114.649**	1.913.613
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	26		
Capital social		**998.230**	998.230
Reservas de capital		**23.254**	23.254
Reservas de lucros		**1.032.946**	614.252
Outros resultados abrangentes		**(1.604)**	–
Total do patrimônio líquido		**2.052.826**	1.635.736
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E PASSIVO		**5.229.122**	4.658.509

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais)

			Reservas de capital		Reservas de Lucros						
	Nota	Capital social	Reserva de ágio	Remuneração de bens e direitos com capital próprio	Reserva legal	Reserva estatutária de reforço de capital de giro	Reserva de retenção de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		**998.230**	**2.308**	**20.946**	**48.281**	**490.735**	–	–	–	**22.969**	**1.583.469**
Reversão de dividendos prescritos		–	–	–	–	–	–	–	46	–	46
Aprovação de dividendos propostos		–	–	–	–	–	–	–	–	(22.969)	(22.969)
Benefício pós-emprego	24	–	–	–	–	–	–	(169.285)	–	–	(169.285)
Tributos diferidos	12	–	–	–	–	–	–	57.557	–	–	57.557
Transferência para lucros acumulados		–	–	–	–	–	–	111.728	(111.728)	–	–
Lucro líquido do exercício	26	–	–	–	–	–	–	–	210.352	–	210.352
Proposta da administração para destinação do lucro líquido											
Reserva legal	26	–	–	–	4.934	–	–	–	(4.934)	–	–
Dividendo mínimo obrigatório	26	–	–	–	–	–	–	–	(23.434)	–	(23.434)
Reserva de reforço de capital de giro	26	–	–	–	–	70.302	–	–	(70.302)	–	–
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		**998.230**	**2.308**	**20.946**	**53.215**	**561.037**	**–**	**–**	**–**	**–**	**1.635.736**
Benefício pós-emprego	24	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**64.386**	**–**	**–**	**64.386**
Tributos diferidos	12	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(21.891)**	**–**	**–**	**(21.891)**
Transferência para lucros acumulados		**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(42.495)**	**42.495**	**–**	**–**
Lucro líquido do exercício	26	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**493.376**	**–**	**493.376**
Ajustes de avaliação patrimonial	26	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(2.431)**	**–**	**–**	**(2.431)**
Tributos diferidos	12	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**827**	**–**	**–**	**827**
Transferência para lucros acumulados		**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
Proposta da administração para destinação do lucro líquido											
Reserva legal	26	**–**	**–**	**–**	**24.669**	**–**	**–**	**–**	**(24.669)**	**–**	**–**
Dividendo mínimo obrigatório	26	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(117.177)**	**–**	**(117.177)**
Reserva de reforço de capital de giro	26	**–**	**–**	**–**	**–**	**237.547**	**–**	**–**	**(237.547)**	**–**	**–**
Reserva de retenção de lucros	26	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**156.478**	**–**	**(156.478)**	**–**	**–**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		**998.230**	**2.308**	**20.946**	**77.884**	**798.584**	**156.478**	**(1.604)**	**–**	**–**	**2.052.826**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações expressos em reais)

	Nota	31/12/2012	31/12/2011
RECEITA LÍQUIDA	28	**3.690.989**	3.312.371
CUSTO DO SERVIÇO	30	**(2.709.667)**	(2.544.709)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		**981.322**	767.662
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	30	**(88.054)**	(49.442)
Despesas gerais e administrativas	30	**(186.860)**	(137.975)
Total despesas operacionais		**(274.914)**	(187.417)
Resultado do serviço público de energia elétrica		**706.408**	580.245
RESULTADO FINANCEIRO			
Receita financeira	31	**384.385**	88.491
Despesa financeira	31	**(325.897)**	(309.427)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**764.896**	359.309
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	32	**(183.089)**	(88.719)
Diferidos	32	**(88.431)**	(60.238)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**493.376**	210.352
LUCRO POR AÇÃO - BÁSICO (EM REAIS POR MIL AÇÕES)		**0,13**	0,05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2012	31/12/2011
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**493.376**	210.352
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES			
Obrigações com benefício pós-emprego	24 e 26	**42.495**	(111.728)
Ganhos (perdas) em instrumentos financeiros	26	**(1.604)**	–
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO		**534.267**	98.624

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais)

	31/12/2012	31/12/2011
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	**493.376**	210.352
Ajustes por		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**77.253**	41.136
Depreciação e amortização	**176.630**	182.232
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	**(27.355)**	77.770
Juros e variações monetárias provisionados	**150.969**	160.815
Receita de ativo indenizável	**(307.410)**	(15.118)
Valor residual de intangível baixado	**1.021**	7.502
Tributos diferidos	**88.431**	60.238
Obrigações com benefício pós-emprego	**49.984**	25.383
P&D e eficiência energética	**32.422**	24.194
	735.321	774.504
(Aumento) redução nos ativos		
Consumidores, concessionários e permissionários	**(126.171)**	(113.129)
Estoques	**352**	(702)
Créditos de partes relacionadas	**424**	65
Tributos a compensar	**38.953**	(31.699)
Despesas pagas antecipadamente	**(1.652)**	165
Cauções e depósitos	**14.073**	8.982
Depósitos vinculados a litígios	**(4.766)**	(2.196)
Outros ativos	**(56.258)**	85.914
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	**132.568**	44.125
Obrigações trabalhistas	**2.979**	5.441
Obrigações fiscais	**7.659**	(9.100)
Taxas regulamentares	**(2.341)**	12.487
Débitos com partes relacionadas	**(274)**	(8.351)
Programas de P&D e de eficiência energética	**(9.246)**	(82.686)
Pagamento de benefício pós-emprego	**(33.932)**	(30.650)
Pagamento de riscos tributários, cíveis e trabalhistas	**(73.104)**	(114.243)
Outros passivos	**6.860**	(26.222)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**631.445**	512.705
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Títulos e valores mobiliários	**(30.760)**	25.449
Aplicações no intangível e imobilizado	**(410.047)**	(455.001)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	**(440.807)**	(429.552)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Captação de debêntures	**400.000**	300.000
Pagamento de debêntures	**(300.330)**	(185.000)
Pagamentos de juros de debêntures	**(75.482)**	(77.982)
Captação de empréstimos e financiamentos	**67.362**	343.850
Pagamento de empréstimos e financiamentos	**(243.856)**	(305.877)
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	**(56.509)**	(71.214)
Dividendos pagos	**(13.158)**	(51.258)
Parcelamento especial	**(7.340)**	(13.752)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	**(229.313)**	(61.233)
Aumento (redução) líquido(a) de equivalentes de caixa	**(38.675)**	21.920
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**59.488**	37.568
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**20.813**	59.488
Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	**(38.675)**	21.920

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Em milhares de reais)

	31/12/2012	31/12/2011
GERAÇÃO DE RIQUEZAS		
Receitas		
Venda de energia e serviços	**5.061.194**	4.499.255
Receitas relativas à construção de ativos próprios	**403.646**	448.631
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(77.253)**	(41.136)
Outras receitas	**27.941**	27.198
Total de receitas	**5.415.528**	4.933.948
Insumos adquiridos de terceiros		
Compra de energia	**(1.434.233)**	(1.316.910)
Encargos de uso da rede elétrica	**(385.469)**	(207.117)
Custo de construção	**(403.646)**	(448.631)
Material e serviços de terceiros	**(265.911)**	(260.077)
Outras despesas operacionais	**(14.736)**	(54.761)
Total de insumos adquiridos de terceiros	**(2.503.995)**	(2.287.496)
Valor adicionado bruto	**2.911.533**	2.646.452
Depreciação e amortização	**(176.630)**	(182.232)
Valor adicionado líquido	**2.734.903**	2.464.220
Valor adicionado recebido em transferência		
Receita financeira	**384.385**	88.491
Valor adicionado a distribuir	**3.119.288**	2.552.711
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal		
Remunerações	**98.810**	90.267
FGTS	**5.844**	640
Benefícios	**31.617**	34.954
Outros encargos sociais	**9.560**	17.442
Participação nos resultados	**11.944**	9.370
	157.775	152.673
Impostos, taxas e contribuições		
Federal	**948.526**	783.038
Estadual	**1.178.223**	1.082.301
Municipal	**3.535**	3.527
	2.130.284	1.868.866
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	**154.002**	161.584
Outras despesas financeiras	**171.895**	147.843
Aluguéis	**11.956**	11.393
	337.853	320.820
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos propostos	**117.177**	23.434
Lucros retidos	**376.199**	186.964
Reversão de dividendos prescritos	**–**	(46)
	493.376	210.352
Total do valor adicionado distribuído	**3.119.288**	2.552.711

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS: A Ampla Energia e Serviços S.A. ("Companhia"), sociedade por ações de capital aberto registrada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com sede na Praça Leoni Ramos, 1, Niterói, Rio de Janeiro, controlada pela Endesa Brasil S.A., é uma concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a explorar os sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e participar de pesquisas vinculadas ao setor energético, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A Companhia tem como área de concessão 66 municípios, sendo 65 no Estado do Rio de Janeiro e 1 no Estado de Minas Gerais. A concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica se deu por meio do Contrato de Concessão de Distribuição nº 005/1996, de 9 de dezembro de 1996, da ANEEL, com vencimento para dezembro de 2026. A autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreu em reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de março de 2013. **2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB - *International Accounting Standards Board*. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. **2.3. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira:** As demonstrações financeiras são preparadas em reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data de transação a data das demonstrações financeiras são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.4. Informações por segmento:** O Pronunciamento Técnico CPC 22 - Informações por segmento ("CPC 22"), requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes da Companhia que sejam regularmente revisados pelo mais alto tomador de decisões *("chief operating decision maker")*, com o objetivo de alocar recursos aos segmentos, bem como avaliar suas performances. A Administração efetuou a análise e concluiu que a Companhia opera com um único segmento - distribuição de energia - não sendo aplicável à divulgação específica de uma nota explicativa de "informações por segmento". **2.5. Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Os serviços de distribuição de energia elétrica são medidos através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário de leitura, sendo a receita de serviços registrada na medida em que as faturas são emitidas. Com a finalidade de adequar as leituras ao período de competência, os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa. 2.5.1. Receita não faturada: Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue mas não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês. 2.5.2. Receita de construção: A Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão ("ICPC 01") estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (R1) - Contratos de construção ("CPC 17") (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 (R1) - Receitas ("CPC 30") (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais. 2.5.3. Receita de juros: A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo. **2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** 2.6.1. Ativo financeiro: **Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de consumidores, concessionários e permissionários, concessão de serviço público (ativo indenizável) e cauções. **Mensuração subsequente:** A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. Investimentos mantidos até o vencimento: Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial. Ativos financeiros disponíveis para venda: Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período. Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado. Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros: Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; • A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve. O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor. 2.6.1.1. Caixa e equivalentes de caixa: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. 2.6.1.2. Consumidores, concessionários e permissionários: As contas a receber de consumidores, concessionários e permissionários referem-se aos créditos de fornecimento de energia faturada, não faturada e energia comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE até a data do balanço e contabilizadas pelo regime de competência; sendo demonstradas pelo valor de realização. Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não apresentarem um efeito relevante nas demonstrações financeiras. 2.6.1.3. Provisão para créditos de liquidação duvidosa: É calculada com base nos valores de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para clientes com débitos relevantes. Está reconhecida em valor julgado pela Administração da Companhia como suficiente para atender às perdas prováveis na realização dos créditos. 2.6.2. Redução do valor recuperável de ativos financeiros: A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. 2.6.3. Passivos financeiros: **Reconhecimento inicial e mensuração:** Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, contas garantia (conta-corrente com saldo negativo), empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos. **Mensuração subsequente:** A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado. Mantidos para negociação: Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 38 ("CPC 38"), a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivos. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Empréstimos, financiamentos e debêntures: Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos e debêntures sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. 2.6.4. Instrumentos financeiros - apresentação líquida: Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. 2.6.5. Valor justo de instrumentos financeiros: O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado; ou outros modelos de avaliação. **2.7. Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia possui instrumento financeiro derivativo representado por contrato de *swap*, visando proteção parcial a exposição da taxa CDI produzida por suas debêntures. O instrumento financeiro derivativo é reconhecido ao valor justo, sendo os ganhos ou perdas reconhecidos no resultado imediatamente. A Nota 33 inclui informações mais detalhadas sobre o instrumento financeiro derivativo contratado pela Companhia. A Companhia não tem contratos derivativos com fins comerciais e especulativos. **2.8. Ativo indenizável (concessão):** Em 11 de janeiro de 2013, foi promulgada a Lei nº 12.783 ("Lei nº 12.783/13") que tornou definitiva a Medida Provisória nº 579 de 11 de setembro de 2012 ("MP nº 579/12"), que dispõe sobre a prorrogação e licitação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências. A partir da publicação da Lei nº 12.783/13, as concessões de distribuição de energia elétrica alcançadas pelo art. 22 da Lei nº 9.074 de 7 de julho de 1995 ("Lei nº 9.074/95"), poderão ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 anos. Adicionalmente, a Lei nº 12.783/13 prevê que o Governo, na sua qualidade de concedente, use para a determinação da indenização do valor dos investimentos dos bens reversíveis ainda não amortizados ou não depreciados com base no Valor Novo de Reposição ("VNR"), adotando-se o banco de dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e o banco de preços homologados pela ANEEL. Este novo fato causou uma mudança significativa nos critérios a serem considerados para valorização e classificação dos bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados quando do término da concessão. Anteriormente, a Companhia adotava o valor residual contábil (custo histórico) como metodologia para cálculo do valor indenizatório e, como consequência, como base para o cálculo dos efeitos da adoção da ICPC 01 e ICPC 17 e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contrato de concessão ("OCPC 05"). Este ativo financeiro, representado pelo valor indenizatório da Companhia, encontrava-se classificado como "empréstimos e recebíveis" e como consequência da promulgação da Lei nº 12.783/13, este instrumento financeiro passou a ser classificado como "disponível para venda". Considerando a natureza prospectiva do referido assunto, decorrente de novo posicionamento por parte do órgão regulador imposto pela Lei nº 12.783/13, a Administração da Companhia procedeu ao recálculo do ativo indenizável da Companhia levando em consideração o VNR dos bens ao final da concessão, sendo o impacto consolidado divulgado na receita financeira no montante de R$ 307.410. Adicionalmente, a referida Lei extingue a arrecadação da Conta Consumo de Combustível - CCC e Reserva Global de Reversão - RGR, além de reduzir a arrecadação da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE em 75%. **2.9. Imobilizado:** Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **2.10. Ativo intangível:** Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) - Ativo intangível ("CPC 04"), a ICPC 01 e a OCPC 05. O ativo intangível está sendo amortizado de forma não linear e limitado ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia ou vida útil do bem relacionado, dos dois o menor. Esse ativo intangível é avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. **2.11. Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não financeiros:** A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável. **2.12. Provisões:** Geral: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.13. Impostos:** 2.13.1. Imposto de renda e contribuição social - correntes: A despesa de imposto de renda e contribuição social é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos pelo regime de competência. Para o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adota o Regime Tributário de Transição - RTT, que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pela Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007 ("Lei nº 11.638/07"), e pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009 ("Lei nº 11.941/09"), da base de cálculos desses tributos. Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. 2.13.2. Impostos diferidos: Os impostos diferidos ativos atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são registrados no pressuposto de realização futura, baseado nas projeções de resultados preparados pela Administração da Companhia. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada anualmente e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas de impostos conhecidas aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. Dada a incerteza inerente às estimativas, o lucro tributável futuro poderá ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando do montante do ativo fiscal a ser registrado. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando a compensação é permitida por lei. Impostos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio liquido, e não na demonstração de resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. **2.14. Taxas regulamentares:** Por atuar em um setor regulado, a Companhia está sujeita ao pagamento de algumas taxas regulamentares, que são registradas e demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas. As principais taxas regulamentares aplicáveis à Companhia são as seguintes: 2.14.1. Reserva Global de Reversão (RGR): Refere-se à provisão dos valores a serem pagos à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, calculadas à base de 2,5% sobre o saldo de imobilizado (sem a aplicação da ICPC 01, conforme definido pela ANEEL), limitada a 3% da receita bruta de operações com energia elétrica. Tais valores são regulamentados em bases anuais através de despachos emitidos pela Superintendência de Fiscalização Econômica Financeira (SFF) da ANEEL (Vide Nota 2.8). 2.14.2. Conta Consumo de Combustível (CCC): Parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, nos sistemas interligados com dupla destinação: pagar as despesas com o combustível usado nas térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas; e subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados. 2.14.3. Conta de Desenvolvimento Energético (CDE): Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL. 2.14.4. Programas de Eficiência Energética (PEE) - Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE): São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória (ROL Regulatória) para aplicação nesses programas. 2.14.5. Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE): Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário. 2.14.6. Encargo do Serviço do Sistema - ESS: Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração. **2.15. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas (passivos). **2.16. Participação nos resultados:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em consideração o alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. O valor atribuído a essa participação é registrado como despesa operacional. **2.17. Distribuição de dividendos:** A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes ("CPC 25") e na Interpretação Técnica ICPC 08 (R1) - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos ("ICPC 08"), as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos, após destinação para reserva legal. Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "dividendo adicional proposto" no patrimônio líquido. **2.18. Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego:** A Companhia patrocina planos de previdência do tipo benefício definido a certos empregados, além de benefício de assistência médica pós-emprego, os quais requerem que contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios da Companhia. Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 - Benefícios a empregados ("CPC 33"). O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são reconhecidos em outros resultados abrangentes, em conformidade com as regras do CPC 33, baseando-se em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, conforme detalhes divulgados na Nota 24. **2.19. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa ("CPC 03"), bem como as demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do valor adicionado ("CPC 09"). **2.20. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2012:** Alguns pronunciamentos técnicos e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") foram revisados e têm a sua adoção obrigatória a partir de 1° de janeiro de 2012. Dada a natureza das modificações que foram realizadas e as operações da Companhia e de suas controladas, a adoção desses pronunciamentos e interpretações mencionados abaixo não produziram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. • CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação ("CPC 40"): A revisão do CPC 40 contempla as alterações feitas pelo IASB - *International Accounting Standards Board* após a edição desse pronunciamento, o qual ainda inclui algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção é produzir os mesmos reflexos contábeis introduzidos pela aplicação do IFRS 7 - *Financial Instruments: Disclosures* ("IFRS 7"). • ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos ("ICPC 08"): A revisão da ICPC 08 tem como objetivo complementar o documento original emitido pelo CPC em 2009, abordando em mais detalhes as previsões contidas na legislação societária brasileira em relação à contabilização da proposta de pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas ou sócios. • CPC 18 (R1) - Investimento em Coligada e em Controlada ("CPC 18"): A revisão do CPC 18 contempla as alterações feitas pelo IASB - International Accounting Standards Board após a edição desse pronunciamento, o qual ainda inclui algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção é produzir os mesmos reflexos contábeis introduzidos pela aplicação do IAS 28 - Investments in Associates. Alteração relevante trata do reconhecimento de resultados de transações entre controlada e controladora constante nos itens 22A, 22B e 22C, também tratado no ICPC 09, comentado abaixo. • ICPC 09 (R1) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial ("ICPC 09"). A revisão da ICPC 09 é decorrente da revisão do Pronunciamento Técnico CPC 18. • CPC 17 (R1) - Contratos de Construção ("CPC 17"): A revisão do CPC 17 contempla as alterações feitas pelo IASB - International Accounting Standards Board após a edição desse pronunciamento, o qual ainda inclui algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção é produzir os mesmos reflexos contábeis introduzidos pela aplicação do IAS 11 - Construction Contracts. • CPC 30 (R1) - Receitas ("CPC 30"): A revisão do CPC 30 contempla as alterações feitas pelo IASB - International Accounting Standards Board após a edição desse pronunciamento, o qual ainda inclui algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção é produzir os mesmos reflexos contábeis introduzidos pela aplicação do IAS 18 - Revenue. • CPC 35 (R2) - Demonstrações Separadas ("CPC 35"): A revisão do CPC 35 contempla as alterações feitas pelo IASB - International Accounting Standards Board após a edição desse pronunciamento, o qual ainda inclui algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção é produzir os mesmos reflexos contábeis introduzidos pela aplicação do IAS 27 - Separate Financial Statements. **2.21. Novos pronunciamentos ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012:** Listamos a seguir os pronunciamentos que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. A Administração da Companhia pretende adotar tais pronunciamentos quando os mesmos entrarem em vigor. • CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados ("CPC 33"): A revisão do CPC 33 contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 19 - Employee Benefits, emitido pelo IASB - International Accounting Standards Board, que passa a vigorar em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é estabelecer a contabilização e a divulgação dos benefícios concedidos aos empregados. Para tanto, o pronunciamento requer que a entidade reconheça: (a) um passivo quando o empregado prestou o serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro; e (b) uma despesa quando a entidade se utiliza do benefício econômico proveniente do serviço recebido do empregado em troca de benefícios a esse empregado. • CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto ("CPC 18"): A revisão do CPC 18 contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 28 - Investments in Associates, emitido pelo IASB - International Accounting Standards Board, que passa a vigorar em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é prescrever a contabilização de investimentos em coligadas e em controladas, além de definir os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures). • CPC 45 - Divulgações de Participações em Outras Entidades ("CPC 45"): O CPC 45 contempla substancialmente a convergência com o texto do IFRS 12 - Disclosure of Interests in Other Entities, emitido pelo IASB - International Accounting Standards Board, que passa a vigorar em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é orientar a entidade quanto à forma de divulgação de informações sobre sua participação em outras entidades. Dessa forma, permite-se aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem os riscos inerentes a essas participações e seus efeitos sobre sua a posição patrimonial e financeira, o seu desempenho financeiro e seus respectivos fluxos de caixa. • CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas ("CPC 36"): A revisão do CPC 36 contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 27 - Consolidated and Separate Financial Statements, que resultou na edição pelo IASB - Internacional Accounting Standards Board do IFRS 10 - Consolidated Financial Statements, que passa a vigorar em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é estabelecer princípios para apresentação e elaboração de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais outras entidades. • CPC 46 - Mensuração do Valor Justo ("CPC 46"): O CPC 46 contempla substancialmente a convergência com o texto do IFRS 13 - Fair Value Measurement, emitido pelo IASB - International Accounting Standards Board, que passa a vigorar em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é (i) definir valor justo; (ii) estabelecer em um único pronunciamento uma estrutura para a mensuração do valor justo; e (iii) estabelecer divulgações sobre mensurações do valor justo. **3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS: Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. **Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir. Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Provisão para créditos de liquidação duvidosa: A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização. A provisão é constituída com base nos valores a receber de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para os clientes com débitos relevantes. Impostos: Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições me que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Imposto de renda diferido ativo é reconhecido na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Benefícios pós-emprego: O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e outros benefícios de assistência médica pós-emprego, e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base. Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas vide Nota 24.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:

	31/12/2012	31/12/2011
Caixa e contas correntes bancárias	**7.219**	9.216
Aplicações financeiras	**13.594**	50.272
Total de caixa e equivalentes de caixa	**20.813**	59.488

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa são compostas da seguinte forma:

	31/12/2012	31/12/2011
Aplicações diretas		
CDB - Certificado de Depósito Bancário	**–**	3.069
Operações compromissadas	**303**	–
Fundos de investimentos não exclusivos	**–**	5.092
Total de aplicações diretas	**303**	8.161
Fundos de investimentos exclusivos		
CDB - Certificado de Depósito Bancário	**10.447**	40
Operações compromissadas	**2.844**	–
Fundos de investimentos não exclusivos	**–**	42.071
Total de fundos de investimentos exclusivos	**13.291**	42.111
	13.594	50.272

As aplicações financeiras podem ser resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão em um valor conhecido de caixa e com risco insignificante de seu valor. Dada a natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado. **5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS:** Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as aplicações financeiras classificadas como títulos e valores mobiliários são compostas da seguinte forma:

	31/12/2012	31/12/2011
Fundos de investimentos não exclusivos	**13.795**	–
Fundos de investimentos exclusivos		
Títulos públicos	**8.518**	108
Fundos de investimentos não exclusivos	**7.338**	–
Operações compromissadas	**–**	52
Outros	**1.274**	5
	17.130	165
Total de títulos e valores mobiliários	**30.925**	165

Através de fundos de investimentos exclusivos, a Companhia aplica seus excedentes de caixa em títulos públicos pós-fixados e pré-fixados, além de outros instrumentos tradicionais de renda fixa com baixo risco de crédito e alta liquidez. Esses investimentos possuem vencimento superiores a 90 dias, mas que não excedem um ano, e são classificados como títulos e valores mobiliários. **6. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIOS E PERMISSIONÁRIOS:** a) Análise das contas a receber e demonstrativo do saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total 31/12/2012	Total 31/12/2011
Circulante					
Classe de consumidores					
Residencial	106.866	89.066	45.920	**241.852**	203.709
Industrial	37.189	5.837	13.302	**56.328**	51.683
Comercial	44.613	19.042	22.825	**86.480**	79.879
Rural	9.298	1.801	2.498	**13.597**	20.311
Poder público Iluminação Pública	39.550	22.117	31.987	**93.654**	134.050
Serviço público	5.112	181	506	**5.799**	9.915
Revenda	4.966	–	–	**4.966**	4.339
Subtotal	247.594	138.044	117.038	**502.676**	503.886
Receita não faturada (e)	174.670	–	–	**174.670**	130.173
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	–	–	10.354	**10.354**	7.549
Outros créditos	250	–	–	**250**	403
Subtotal	422.514	138.044	127.392	**687.950**	642.011
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (b)	–	–	–	**(107.213)**	(110.201)
Total circulante	422.514	138.044	127.392	**580.737**	531.810
Não circulante					
Parcelamento de débitos (d)	77.701	–	–	**77.701**	74.097
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (b)	–	–	–	**(49.538)**	(53.230)
Total não circulante	77.701	–	–	**28.163**	20.867

b) A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	(222.221)
Adições	(74.721)
Baixas	133.511
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**(163.431)**
Adições	**(82.420)**
Baixas	**89.100**
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**(156.751)**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base nos critérios estabelecidos pela legislação regulatória aliada à análise dos riscos de perdas dos valores vencidos de clientes, questões judiciais e um percentual sobre dívidas parceladas. É considerada suficiente pela Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber. c) Encargo emergencial: O encargo de aquisição emergencial vigorou temporariamente durante os meses de janeiro e fevereiro de 2004 e o encargo de capacidade emergencial foi cobrado desde março de 2002 até 22 de dezembro de 2005. A partir de 23 de dezembro de 2005 o mesmo teve sua cobrança suspensa, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 204, de 22 de dezembro de 2005. A Companhia, mensalmente, cobra dos consumidores e repassa ao Poder Concedente os valores arrecadados referentes à inadimplência passada, ainda não sanada por aqueles consumidores. d) Parcelamento de débitos: Os parcelamentos de débitos correspondem a contratos firmados entre a Companhia e seus clientes para a renegociação de contas de energia em atraso. e) Receita não faturada: Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês. **7. SUBVENÇÃO DE BAIXA RENDA:** A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceu as diretrizes para enquadramento na subclasse residencial baixa renda, da unidade consumidora com consumo mensal inferior a 80kwh, tendo o Decreto nº 4.336, de 15 de agosto de 2002, ampliando a regulamentação de enquadramento, para unidades consumidoras com consumo mensal entre 80 e 220 kWh, também segundo diretrizes da própria Lei nº 10.438/02. Com o advento da Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, regulamentada pela Resolução Normativa ANEEL nº 407/2010, e, posteriormente pela Resolução Normativa nº 414/2010, foram estabelecidos os novos critérios para o recebimento da Tarifa Social de Energia Elétrica pelos consumidores de baixa renda. De acordo com a nova regulamentação, não há mais qualquer critério de enquadramento por consumo, podendo obter o subsídio de baixa renda apenas aqueles que estejam cadastrados nos Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) ou consumidores que recebam o Benefício de Prestação Continuada - BPC. Com base nas Resoluções Normativas ANEEL nº 407/2010 e nº 414/2010, fica estabelecido que a Eletrobras repassará mensalmente às distribuidoras o montante de subvenção para recompor os descontos concedidos aos consumidores de baixa renda enquadrados nos critérios das antigas Resoluções normativas ANEEL nº 246/2002 e nº 485/2004, subvenção essa advinda da conta de desenvolvimento energético - CDE. Em virtude dos critérios estabelecidos pelas resoluções mencionadas e calendário de recadastramento dos clientes que tem direito a receber o benefício, o saldo a receber em 31 de dezembro de 2012 é R$ 14.852 (R$ 22.157 em 2011).

8. TRIBUTOS A COMPENSAR:

	31/12/2012 Circulante	31/12/2012 Não circulante	31/12/2011 Circulante	31/12/2011 Não circulante
Imposto de renda e contribuição social	**7.685**	**–**	16.236	–
ICMS	**28.695**	**64.413**	53.377	48.362
PIS e COFINS	**5.559**	**26.286**	28.012	25.684
Outros tributos	**2.359**	**–**	2.279	–
Total de tributos a compensar	**44.298**	**90.699**	99.904	74.046

O montante de imposto de renda e contribuição social a compensar refere-se a retenções de IRRF sobre aplicações financeiras, IRRF/CSLL retidas na fonte por órgãos públicos e de pagamentos de IRPJ e CSLL por estimativa mensal. O crédito de ICMS, registrado no ativo circulante e no ativo não circulante, no valor total de R$ 93.108 em 31 de dezembro de 2012 (R$ 101.739 em 2011) refere-se, basicamente, à Lei Complementar nº 102/00, que determina que o crédito do ICMS, quando se referir à aquisição de bens para o ativo fixo (conforme definido pela legislação fiscal) seja compensado em 48 meses. Os valores classificados na linha de PIS e COFINS a compensar referem-se ao PIS e a COFINS semestralidade, com trânsito em julgado, oriundo de inconstitucionalidade dos Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88 e o direito à restituição da diferença entre os valores pagos com base nos aludidos Decretos e aqueles devidos de acordo com a Lei Complementar nº 07/70. Adicionalmente, a Companhia possui retenções de PIS e COFINS de órgãos públicos.

9. CAUÇÕES E DEPÓSITOS:

Instituição	Tipo de aplicação	31/12/2012 Circulante	31/12/2012 Não circulante	31/12/2011 Circulante	31/12/2011 Não circulante
Bradesco Premium	Fundo de investimento	**–**	**8.027**	–	19.210
Itaú-Unibanco Top DI	Fundo de investimento	**28.022**	**–**	26.748	–
Bradesco	CDB	**–**	**–**	–	3.882
Itaú	CDB	**–**	**–**	–	282
Total		**28.022**	**8.027**	26.748	23.374

Em 31 de dezembro de 2012, as cauções e depósitos correspondem a garantia financeira do mercado de curto prazo de energia elétrica e aplicação de recursos retidos de fornecedores, para constituição de garantias à empresa, conforme cláusulas contratuais. Os valores em garantias são aplicados em fundos de investimento de renda fixa, de baixo risco.

10. ENERGIA LIVRE

	31/12/2012 Circulante	31/12/2012 Não circulante	31/12/2012 Total	31/12/2011 Circulante	31/12/2011 Não circulante	31/12/2011 Total
Ativos						
Encargo emergencial	**2.797**	**–**	**2.797**	3.832	–	3.832
Passivos						
Energia livre	**26.615**	**4.217**	**30.832**	24.331	3.892	28.223
Encargo emergencial	**874**	**–**	**874**	874	–	874
	27.489	**4.217**	**31.706**	25.205	3.892	29.097

Energia livre: A Resolução ANEEL nº 387/2009 estabeleceu a metodologia de cálculo dos saldos da Energia Livre e da Perda de Receita, após o encerramento da cobrança da Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE nas tarifas de fornecimento. Através da Resolução, a ANEEL alterou a metodologia que foi aplicada durante todo o período pós-racionamento. Com a publicação do Despacho ANEEL/SFF nº 1.068/2011, foram fixados os montantes finais do Repasse de Energia Livre, a serem repassados entre Distribuidoras e Geradoras, ambas signatárias do Acordo Geral do Setor Elétrico, bem como os montantes finais a serem devolvidos aos consumidores finais, nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução Normativa nº 387/2009. **Encargo emergencial:** O encargo de aquisição emergencial vigorou temporariamente durante os meses de janeiro e fevereiro de 2004 e o encargo de capacidade emergencial foi cobrado desde março de 2002 até 22 de dezembro de 2005. A partir de 23 de dezembro de 2005, o mesmo teve sua cobrança suspensa, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 204, de 22 de dezembro de 2005. A Companhia repassa mensalmente os valores arrecadados de inadimplência.

11. OUTROS CRÉDITOS:

	31/12/2012	31/12/2011
Gastos a reembolsar - consumidores	**3.403**	3.583
Alienações em curso	**–**	3.531
Sindicato	**5.658**	5.658
Serviços em curso (a)	**43.995**	13.316
Consumidores - serviços prestados (b)	**61.379**	52.600
Gastos a reembolsar - iluminação pública	**2.796**	2.796
Convênio de arrecadação (c)	**24.092**	13.373
Adiantamentos a empregados	**3.001**	3.039
Assistência médica aposentados	**5.990**	5.389
Adiantamentos a fornecedores	**5.275**	92
Outros	**358**	444
Provisão para perda na realização de outros créditos (d)	**(26.763)**	(31.930)
Total	**129.184**	71.891

(a) Serviços em curso: são registrados os custos (pessoal, material e serviços) com a realização de projetos de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética. (b) Consumidores - serviços prestados: destina-se ao registro de créditos contra terceiros pela prestação de serviços, por créditos provenientes da alienação de bens e direitos de propriedade do concessionário e de outros créditos recebidos em caráter excepcional, como promessas de pagamento, parcelados ou não, incluindo novação de dívidas a receber. (c) Convênio de arrecadação: representa o direito da Companhia de receber valores arrecadados por entidades conveniadas. (d) Provisão para perda na realização de outros créditos: representa substancialmente o risco de realização de créditos pelos serviços prestados a terceiros. A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

Saldos em 31 de dezembro de 2010	(28.471)
Adição	(3.459)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**(31.930)**
Reversão	**5.167**
Saldos em 31 de dezembro de 2012	**(26.763)**

12. TRIBUTOS DIFERIDOS: A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, bem como sobre prejuízos fiscais, cuja composição e origem estão demonstrados a seguir:

	Imposto de renda 31/12/2012	Imposto de renda 31/12/2011	Contribuição social 31/12/2012	Contribuição social 31/12/2011	Total 31/12/2012	Total 31/12/2011
Ativo						
Prejuízo fiscal	–	–	–	–	**–**	–
Diferenças temporárias						
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	**97.569**	122.477	**35.125**	44.092	**132.694**	166.569
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**45.878**	48.841	**16.516**	17.583	**62.394**	66.424
Provisão para perdas de estoque	**45**	241	**16**	87	**61**	328
Outras provisões	**4.533**	7.043	**1.632**	2.536	**6.165**	9.579
Ativo indenizável (concessão)	**–**	–	**–**	–	**–**	–
Desreconhecimento de ativo regulatório	**21.667**	(14.937)	**7.801**	1	**29.468**	(14.936)
Benefício pós-emprego	**116.511**	132.608	**41.944**	47.735	**158.455**	180.343
Total de tributos diferidos ativos	**286.203**	296.273	**103.034**	112.034	**389.237**	408.307
Passivo						
Diferenças temporárias						
Desreconhecimento de passivo regulatório	**6.950**	17.314	**2.502**	3.627	**9.452**	20.941
Ativo indenizável (concessão)	**80.479**	6.233	**29.180**	1.512	**109.659**	7.745
Total de tributos diferidos passivos	**87.429**	23.547	**31.682**	5.139	**119.111**	28.686

A movimentação dos saldos referentes aos tributos diferidos está assim apresentada:

	Ativo	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2010	405.849	23.547
Adições ao resultado do exercício	36.798	12.478
Reduções do resultado do exercício	(91.897)	(7.339)
Adições de outros resultados abrangentes	57.557	–
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**408.307**	**28.686**
Adições ao resultado do exercício	**55.797**	**94.480**
Reduções do resultado do exercício	**(53.803)**	**(4.055)**
Reduções de outros resultados abrangentes	**(21.064)**	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2012	**389.237**	**119.111**

Estudos técnicos de viabilidade indicam a recuperação dos valores de imposto de renda e da contribuição social, nos parâmetros determinados pelo Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o lucro ("CPC 32"), os quais correspondem às melhores estimativas da Administração, cuja expectativa de realização de créditos fiscais está apresentada a seguir:

Ano de realização	31/12/2012
2013	**47.036**
2014	**40.511**
2015	**40.163**
2016	**40.080**
2017 a 2019	**119.943**
2020 a 2022	**101.504**
Total	**389.237**

As projeções utilizadas para estabelecer o prazo de realização estão sujeitas a alterações periódicas.

13. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS (DEPÓSITOS JUDICIAIS):

	31/12/2012	31/12/2011
Trabalhistas	**118.709**	107.831
Cíveis	**30.396**	34.401
Fiscais	**1.307**	3.414
Total	**150.412**	145.646

14. ATIVO INDENIZÁVEL (CONCESSÃO): O Contrato de Concessão de Distribuição nº 05/96 - ANEEL, de 9 de dezembro de 1996 celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Ampla Energia e Serviços S.A. (Concessionária - Operador), respectivamente, regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pelas Companhias, onde: a) O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados; b) O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão; c) Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e d) O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido. Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da ICPC 01 (R1) e do OCPC 05, os quais fornecem orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo: a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição, que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. A Lei nº12.783/13, dentre outras deliberações, determinou que a indenização a ser paga pelo poder concedente pela reversão dos bens atrelados ao serviço público de distribuição de energia será baseada no VNR não amortizado até o término da concessão. Considerando a natureza prospectiva do referido assunto, decorrente de novo posicionamento por parte do órgão regulador imposto pela Lei nº12.783/13, a Administração da Companhia procedeu ao recálculo do ativo indenizável levando em consideração o VNR dos bens ao final da concessão. O efeito da atualização do cálculo ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi reconhecido em contrapartida ao resultado do exercício na rubrica de resultado financeiro no montante de R$ 307.410. A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (concessão) está assim apresentada:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	416.918
Transferências do ativo intangível	129.500
Receita financeira - ativo indenizável	15.118
Saldo em 31 de dezembro de 2011	**561.536**
Transferências do ativo intangível	**163.117**
Receita financeira - ativo indenizável	**307.410**
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**1.032.063**

15. INTANGÍVEL

	31/12/2012				31/12/2011
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Direito de uso da concessão	**3.943.725**	**(1.639.572)**	**(252.569)**	**2.051.584**	2.153.846
Software	**88.111**	**(78.452)**	**–**	**9.659**	17.416
Em curso					
Direito de uso da concessão	**586.460**	**–**	**(38.761)**	**547.699**	374.289
Software	**24.133**	**–**	**–**	**24.133**	19.955
Total	**4.642.429**	**(1.718.024)**	**(291.330)**	**2.633.075**	2.565.506

O ativo intangível em curso refere-se, substancialmente, a obras de expansão do sistema de distribuição de energia elétrica. A movimentação dos saldos do intangível está demonstrada a seguir:

	Em serviço				Em curso			
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	3.787.813	(1.360.413)	(279.008)	2.148.392	287.115	(4.171)	282.944	2.431.336
Adições	–	–	–	–	457.220	(8.589)	448.631	448.631
Baixas	(22.434)	14.932	–	(7.502)	–	–	–	(7.502)
Amortização	–	(190.910)	13.451	(177.459)	–	–	–	(177.459)
Transferências	337.438	–	(107)	337.331	(337.438)	107	(337.331)	–
Transferências para o ativo indenizável	(129.500)	–	–	(129.500)	–	–	–	(129.500)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	**3.973.317**	**(1.536.391)**	**(265.664)**	**2.171.262**	**406.897**	**(12.653)**	**394.244**	**2.565.506**
Adições	**–**	**–**	**–**	**–**	**430.119**	**(26.473)**	**403.646**	**403.646**
Baixas	**(4.787)**	**3.766**	**–**	**(1.021)**	**–**	**–**	**–**	**(1.021)**
Amortização	**–**	**(185.399)**	**13.460**	**(171.939)**	**–**	**–**	**–**	**(171.939)**
Transferências	**226.423**	**–**	**(365)**	**226.058**	**(226.423)**	**365**	**(226.058)**	**–**
Transferências para o ativo indenizável	**(163.117)**	**–**	**–**	**(163.117)**	**–**	**–**	**–**	**(163.117)**
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**4.031.836**	**(1.718.024)**	**(252.569)**	**2.061.243**	**610.593**	**(38.761)**	**571.832**	**2.633.075**

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens do setor elétrico. A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será amortizado de forma não linear. A Resolução Normativa ANEEL nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil-econômica dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição. Anteriormente à edição desta resolução, a vida útil média do conjunto de ativos da Companhia era em torno de 22 anos, e passou a ser em torno de 25 anos (o que corresponde a um acréscimo de 3 anos em relação à vida útil econômica média anterior). Considerando esse aumento da vida útil, houve uma diminuição da amortização e o consequente aumento da parcela residual da infraestrutura que a Companhia espera receber como indenização ao final do período da Concessão. Como consequência, houve uma redistribuição da infraestrutura que é classificada no ativo intangível e no ativo financeiro, em decorrência da adoção da ICPC 01 (R1) e da OCPC05. A Companhia realizou os cálculos para determinar a nova estimativa de valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da Concessão e do montante atribuível ao ativo intangível. Considerando os aspectos econômicos, regulatórios e o melhor entendimento técnico-contábil, essa remensuração da infraestrutura resultou, em 31 de dezembro de 2012, na reclassificação de R$ 103.020 da conta de ativo intangível para o ativo indenizável, sem alterar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção da ICPC01 e da OCPC05. **Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica:** As obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Em conformidade com o ofício nº 1.314/2007-SFF/ANEEL, de 27 de junho de 2007, que determina que tal registro seja iniciado somente a partir da segunda revisão tarifária da Companhia, a amortização começou a ser registrada em abril de 2009, haja vista que a referida revisão foi realizada em março de 2009. As obrigações vinculadas à concessão estão sendo amortizadas desde o 2º ciclo às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, com base em uma taxa média de 4,43%. Ao final da concessão, o valor residual das obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica será deduzido do ativo financeiro de indenização e retirado do seu ativo, de forma que fique evidente a contabilização dos ativos pertencentes à União, que ficaram, durante o contrato de concessão, sob administração da concessionária. **Programa de universalização:** Em 26 de abril de 2002, foi sancionada a Lei Federal nº 10.438 que dispõe acerca de diversos temas importantes para o setor de energia elétrica, tais como a criação do PROINFA, a CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) e discorre, ainda, sobre a universalização do serviço público de distribuição de energia elétrica e estabelece que seu atendimento seja regulamentado por Resoluções editadas pela ANEEL. Em 29 de abril de 2003, foi editada a Resolução ANEEL nº 223, que estabelece as condições gerais para elaboração do plano de universalização de energia elétrica e que foi alterada pela Resolução Normativa nº 368/2009, acrescendo o Art. 18-B que trata das condições de antecipação de obras com recursos aportados pelo consumidor, visando ao atendimento de novas unidades consumidoras ou aumento de carga, sem ônus para os interessados. Pela Resolução, a Companhia tinha o ano de 2013 como limite para que atendesse todas as solicitações de pedidos de ligação com extensão de rede, sendo elaborado um cronograma anual por município. A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ativos intangíveis utilizando o conceito do Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos ("CPC 01").

16. FORNECEDORES

	31/12/2012	31/12/2011
Suprimento de energia elétrica		
Furnas Centrais Elétricas	**17.515**	18.185
Itaipu (Eletrobras)	**52.105**	34.562
Companhia Hidroelétrica do São Francisco - Chesf	**11.256**	12.348
Companhia Energética de São Paulo - Cesp	**7.644**	7.938
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte	**3.662**	5.204
Encargo de uso da rede	**18.892**	18.570
Contrato de uso do sistema de distribuição - Light	**17.442**	16.461
Câmara de comercialização de energia elétrica - SPOT	**39.740**	13.264
MCSD - Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits	**19.300**	17.190
Enertrade Comercializadora de Energia S.A.	**39.756**	3.618
Contrato de comercialização de energia em ambiente regulado - CCEAR's	**69.734**	32.718
Materiais e serviços	**153.387**	137.807
Total	**450.433**	317.865

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS: As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional são:

	31/12/2012			31/12/2011		
	Circulante		Não circulante	Circulante		Não circulante
	Encargos	Principal	Principal	Encargos	Principal	Principal
BNDES (Finame) (a)	**7**	**2.214**	**1.884**	12	2.214	4.098
BNDES (Capex) (b)	**–**	**–**	**–**	153	32.449	–
BNDES (Capex 2011) (c)	**280**	**10.210**	**75.942**	161	3.496	59.159
BNDES (Capex 2011) (c)	**341**	**19.324**	**86.846**	313	8.229	90.443
BNDES (Capex 2011) (c)	**379**	**19.324**	**86.846**	346	8.229	90.443
Eletrobras (d)	**3**	**2.940**	**16.804**	4	2.940	19.745
Eletrobras (e)	**2**	**536**	**10.169**	1	–	5.752
Bradesco S.A. 3º contrato (f)	**–**	**–**	**–**	41	5.340	–
Bradesco S.A. 4º, 5º e 6º contratos (f)	**795**	**20.000**	**–**	3.260	40.000	20.000
Banco Alfa S.A. (f)	**–**	**–**	**–**	2.951	50.000	–
União dos Bancos Brasileiros S.A. (f)	**–**	**–**	**–**	94	5.320	–
HSBC Bank Brasil S.A. 1º Contrato (f)	**–**	**–**	**–**	127	15.000	–
HSBC Bank Brasil S.A. 2ª Contrato (f)	**–**	**–**	**–**	506	60.000	–
Banco do Brasil S.A. (f)	**612**	**100.000**	**–**	992	–	100.000
Banco Itaú S.A. (f)	**–**	**–**	**–**	6	6.675	–
Total de empréstimos e financiamentos	**2.419**	**174.548**	**278.491**	8.967	239.892	389.640

	Início	Vencimento	Tipo de amortização	Garantias	Encargos financeiros
BNDES (Finame) (a)	20/08/2009	15/01/2015	Mensal	Fiança Bancária	4,50%
BNDES (Capex) (b)	03/11/2006	15/06/2012	Mensal	Recebíveis e Conta Reserva	TJLP + 5,20%
BNDES (Capex 2011) (c)	15/08/2011	15/06/2021	Mensal	Recebíveis	8,70%
BNDES (Capex 2011) (c)	15/08/2011	15/06/2018	Mensal	Recebíveis	TJLP + 3,10%
BNDES (Capex 2011) (c)	15/08/2011	15/06/2018	Mensal	Recebíveis	TJLP + 4,10%
Eletrobras (d)	01/06/2004	30/05/2021	Mensal	Recebíveis e Nota Promissória	6,00%
Eletrobras (e)	21/05/2011	30/09/2018	Mensal	Recebíveis e Nota Promissória	7,00%
Bradesco S.A. 3º contrato (f)	28/12/2007	03/12/2012	Semestral	–	CDI + 1,15%
Bradesco S.A. 4º, 5º e 6º contratos (f)	01/02/2008	07/01/2013	Semestral	–	CDI + 1,05%
Banco Alfa S.A. (f)	10/01/2007	30/07/2012	Semestral	Nota Promissória	CDI + 0,95%
União dos Bancos Brasileiros S.A. (f)	26/11/2007	30/10/2012	Semestral	–	CDI + 1,15%
HSBC Bank Brasil S.A. 1º Contrato (f)	03/12/2007	03/12/2012	Semestral	Nota Promissória	CDI + 0,95%
HSBC Bank Brasil S.A. 2ª Contrato (f)	03/12/2007	03/12/2012	Semestral	Nota Promissória	CDI + 0,85%
Banco do Brasil S.A. (f)	04/12/2007	30/10/2013	Boletim	Nota Promissória	CDI + 0,97%
Banco Itaú S.A. (f)	28/07/2007	28/12/2012	Semestral	–	CDI + 1,13%

a) BNDES Finame: Financiamento contratado junto ao Banco Safra com repasse de recursos do BNDES para aquisição de equipamentos nacionais. b) BNDES Capex: Financiamento, no montante total previsto de R$ 301.425, para o plano de investimento da Companhia no período de 2006/2008, contratado junto ao sindicato liderado pelo Unibanco, com repasse de recursos do BNDES. c) BNDES Capex 2011: Financiamento, no montante total previsto de R$ 331.397, para o plano de investimento da Companhia no período de 2010/2011, contrato junto ao sindicato liderado pelo Itaú, com repasse de recursos do BNDES. d) Eletrobras: Empréstimo contratado para cobertura financeira dos custos diretos das obras do programa de eletrificação rural, que integra o programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica - Luz Para Todos, do Ministério das Minas e Energia, com recursos originários da RGR e CDE. e) Eletrobras: Empréstimo contratado para cobertura financeira dos custos das obras de reconstrução da rede de distribuição e subtransmissão da Região Serrana do Rio de Janeiro, que foram afetadas devido às chuvas no 1º trimestre de 2011. Esta operação tem recursos originários da RGR. f) Empréstimos contraídos para atender à necessidade de capital de giro da Companhia. Nos financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e nas operações de capital de giro, a Companhia comprometeu-se a cumprir as seguintes obrigações durante a vigência dos contratos, as quais foram adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2012:

Contratos	Obrigações especiais financeiras	Limite
BNDES	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	3,50
BNDES	Dívida financeira líquida/(PL + dívida financeira líquida) (máximo)	0,60
Capital de giro	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	3,50
Capital de giro	EBITDA/despesas financeiras líquidas (mínimo)	2,00

A curva de amortização dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

	31/12/2012	31/12/2011
2013	**–**	165.351
2014	**55.824**	45.884
2015	**53.940**	44.000
2016	**53.811**	43.871
2017	**53.423**	43.483
2018	**32.633**	25.881
Após 2018	**28.860**	21.170
Total	**278.491**	389.640

Variação dos indexadores da dívida em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

Indexador	31/12/2012	31/12/2011
IPCA	**5,84%**	6,50%
IGP-M	**7,82%**	5,10%
TJLP	**5,75%**	6,00%
CDI	**8,40%**	11,64%
SELIC	**8,49%**	11,62%

Mutação de empréstimos e financiamentos:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	247.319	355.834	603.153
Ingressos	70.000	273.850	343.850
Encargos	68.587	–	68.587
Transferência de prazo	240.044	(240.044)	–
Amortizações de principal	(305.877)	–	(305.877)
Pagamento de juros	(71.214)	–	(71.214)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**248.859**	**389.640**	**638.499**
Ingressos	**–**	**67.362**	**67.362**
Encargos	**49.962**	**–**	**49.962**
Transferência de prazo	**178.511**	**(178.511)**	**–**
Amortizações de principal	**(243.856)**	**–**	**(243.856)**
Pagamento de juros	**(56.509)**	**–**	**(56.509)**
Saldos em 31 de dezembro de 2012	**176.967**	**278.491**	**455.458**

18. DEBÊNTURES

	31/12/2012			31/12/2011		
	Circulante		Não circulante	Circulante		Não circulante
	Encargos	Principal	Principal	Encargos	Principal	Principal
1ª série - 4ª emissão	**–**	**–**	**–**	9.384	185.000	–
1ª série - 5ª emissão	**–**	**–**	**–**	576	115.330	–
2ª série - 5ª emissão	**459**	**53.519**	**107.038**	530	–	152.100
1ª série - 6ª emissão	**328**	**–**	**117.000**	590	–	117.000
2ª série - 6ª emissão	**8.290**	**–**	**197.913**	7.911	–	187.464
1ª série - 7ª emissão	**274**	**–**	**100.000**	–	–	–
2ª série - 7ª emissão	**9.872**	**–**	**309.031**	–	–	–
(-) Custo a amortizar	**–**	**(1.122)**	**(4.334)**	–	(932)	(1.880)
Total sem efeito de swap	**19.223**	**52.397**	**826.648**	18.991	299.398	454.684
Resultado das operações de swap	**–**	**123**	**2.308**	–	–	–
Total de debêntures	**19.223**	**52.520**	**828.956**	18.991	299.398	454.684

Mutação de debêntures:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	202.779	442.020	644.799
Captação	–	300.000	300.000
Amortização do principal	(185.000)	–	(185.000)
Encargos provisionados	78.536	–	78.536
Encargos pagos	(77.982)	–	(77.982)
Variação monetária	–	13.691	13.691
Transferência de prazos	300.330	(300.330)	–
Custo de transação amortizado	(274)	(697)	(971)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	318.389	454.684	773.073
Captação	**–**	**400.000**	**400.000**
Amortização do principal	**(300.330)**	**–**	**(300.330)**
Encargos provisionados	**75.713**	**–**	**75.713**
Encargos pagos	**(75.482)**	**–**	**(75.482)**
Variação monetária	**–**	**27.937**	**27.937**
Transferência de prazos	**53.519**	**(53.519)**	**–**
Custo de transação amortizado	**(189)**	**(2.454)**	**(2.643)**
Resultado de swap	**123**	**2.308**	**2.431**
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**71.743**	**828.956**	**900.699**

Características das emissões:

Série	4ª emissão Série única
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	37.000 debêntures simples
Valor nominal	R$ 10
Data de emissão	1 de agosto de 2006
Vencimento inicial	1 de agosto de 2011
Vencimento final	1 de agosto de 2012
Atualização monetária	Sem atualização
Repactuação	Não haverá
Remuneração	CDI + 0,85% a.a.
Exigibilidade de juros	Semestral
Amortização programada	Em 2 parcelas iguais, sendo a 1ª ao final do 5º ano a partir da data da emissão e a 2ª na data do vencimento das debêntures
Data de amortização	2011 e 2012

Série	5ª emissão 1ª série	5ª emissão 2ª série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	11.533 debêntures simples	13.467 debêntures simples
Valor nominal	R$ 10	R$ 10
Data de emissão	15 de dezembro de 2009	15 de dezembro de 2009
Vencimento inicial	15 de dezembro de 2012	15 de dezembro de 2013
Vencimento final	15 de dezembro de 2012	15 de dezembro de 2015
Atualização monetária	Sem atualização	IPCA
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	CDI + 1,10% a.a.	IPCA + 8,30% a.a.
Exigibilidade de juros	Semestral	Anual
Amortização programada	Parcela única na data do vencimento	Em três parcelas anuais
Data de amortização	2012	2013, 2014 e 2015

Série	6ª emissão 1ª série	6ª emissão 2ª série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	11.700 debêntures simples	18.300 debêntures simples
Valor nominal	R$ 10	R$ 10
Data de emissão	15 de junho de 2011	15 de junho de 2011
Vencimento inicial	15 de junho de 2015	15 de junho de 2016
Vencimento final	15 de junho de 2016	15 de junho de 2018
Atualização monetária	Sem atualização	IPCA
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	CDI + 1,20% a.a.	IPCA + 7,90% a.a.
Exigibilidade de juros	Semestral	Anual
Amortização programada	Em duas parcelas anuais	Em três parcelas anuais
Data de amortização	2015 e 2016	2016, 2017 e 2018

Série	7ª emissão 1ª série	7ª emissão 2ª série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	10.000 debêntures simples	30.000 debêntures simples
Valor nominal	R$ 10	R$ 10
Data de emissão	15 de junho de 2012	15 de junho de 2012
Vencimento inicial	15 de junho de 2016	15 de junho de 2017
Vencimento final	15 de junho de 2017	15 de junho de 2019
Atualização monetária	Sem atualização	IPCA
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	CDI + 1,02% a.a.	IPCA + 6,00% a.a.
Exigibilidade de juros	Semestral	Anual
Amortização programada	Em duas parcelas anuais	Em três parcelas anuais
Data de amortização	2016 e 2017	2017, 2018 e 2019

4ª Emissão: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de agosto de 2006, foi aprovada a 4ª emissão das debêntures, que tem como objetivo alongar prazos e reduzir custos de dívida da Companhia, por meio da liquidação de operações de empréstimos contratados com instituições financeiras a prazos mais curtos e custos mais elevados. De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas demonstrações financeiras. Em 1º de agosto de 2012 essa operação foi liquidada. **5ª Emissão:** Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 21 de outubro de 2009, foi aprovada a 5ª emissão das debêntures, que tem como objetivo o pagamento e/ou amortização de dívidas vincendas da Companhia. De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia cumpriu com a manutenção dos referidos índices, na avaliação de sua Administração. **6ª Emissão:** Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 12 de maio de 2011, foi aprovada a 6ª emissão das debêntures, que tem como objetivo o pagamento e/ou amortização de dívidas vincendas da Companhia. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia vem cumprindo com a manutenção dos referidos índices, na avaliação de sua Administração. **7ª Emissão:** Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27 de abril de 2012, foi aprovada a 7ª emissão das debêntures, que tem como objetivo o pagamento e/ou amortização de dívidas vincendas, assim como reforçar o capital de giro da Companhia. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia vem cumprindo com a manutenção dos referidos índices, na avaliação de sua Administração. De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas demonstrações financeiras, quais sejam:

Emissão	Obrigações especiais financeiras	Limite
5ª emissão	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	**2,70**
5ª emissão	EBITDA/Despesas financeiras líquidas (mínimo)	**2,50**
6ª emissão	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	**2,70**
6ª emissão	EBITDA/Despesas financeiras líquidas (mínimo)	**2,50**
7ª emissão	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	**2,70**
7ª emissão	EBITDA/Despesas financeiras líquidas (mínimo)	**2,50**

Curva de amortização das debêntures registradas no passivo não circulante sem os efeitos do *swap*:

	2014	2015	2016	2017	Após 2017	Total
2ª série - 5ª emissão	**53.519**	**53.519**	**–**	**–**	**–**	**107.038**
1ª série - 6ª emissão	**–**	**58.500**	**58.500**	**–**	**–**	**117.000**
2ª série - 6ª emissão	**–**	**–**	**65.971**	**65.971**	**65.971**	**197.913**
1ª série - 7ª emissão	**–**	**–**	**50.000**	**50.000**	**–**	**100.000**
2ª série - 7ª emissão	**–**	**–**	**–**	**103.010**	**206.021**	**309.031**
(-) Custo de transação	**(1.085)**	**(1.042)**	**(835)**	**(669)**	**(703)**	**(4.334)**
	52.434	**110.977**	**173.636**	**218.312**	**271.289**	**826.648**

19. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	31/12/2012	31/12/2011
Imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL	**18.636**	–
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	**2.624**	–
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	**25.456**	33.434
Programa de integração social - PIS	**5.401**	7.133
Imposto sobre serviços - ISS	**615**	2.456
INSS s/ terceiros	**5.520**	8.103
Outros	**2.302**	2.135
	60.554	53.261

20. TAXAS REGULAMENTARES: As obrigações a recolher derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são as seguintes:

	31/12/2012	31/12/2011
Conta de consumo de combustível – CCC	**5.377**	11.183
Conta de desenvolvimento energético – CDE	**8.861**	7.937
Reserva global de reversão – RGR	**16.741**	14.123
Encargo de energia reserva – EER	**866**	1.376
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos – CFURH	**101**	101
Encargos ex-isolados	**1.667**	1.234
Total	**33.613**	35.954

O saldo da reserva global de reversão se refere à provisão dos valores a serem pagos à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, calculados à base de 2,5% sobre o imobilizado, limitada a 3% da receita bruta de operações com energia elétrica. Tais valores são regulamentados em bases anuais através de despachos emitidos pela Superintendência de Fiscalização Econômica Financeira (SFF) da ANEEL.

21. PARCELAMENTO ESPECIAL: Em 29 de agosto de 2003, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal/ Parcelamento Especial - PAES, também conhecido como REFIS II, instituído pela Lei nº 10.684/2003. Tal adesão teve como objetivo o parcelamento de débitos no montante original de R$ 42.489 (sendo R$ 18.433 de principal; R$ 21.231 de atualização pela SELIC; R$ 2.703 de multa; e R$ 122 de honorários advocatícios), em 120 meses. Esses débitos são oriundos de notificações fiscais de lançamentos de débito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS emitidos contra a Companhia no período de outubro de 1996 a julho de 2000, cujos valores se referiam, preponderantemente, a responsabilidade solidária sobre contratações de serviços terceirizados, sobre os quais a avaliação dos consultores da Companhia quanto ao risco de perda das impugnações efetuadas se mostrava provável. O saldo remanescente dessa dívida em 31 de dezembro de 2012 é de R$ 6.245 (R$ 12.657 em 2011). Em 29 de abril de 2010, a Companhia aderiu ao programa de parcelamento de débitos fiscais, denominado REFERJ, instituído pela Lei Estadual nº 5.647/2010. Por meio desse programa a Companhia optou pelo parcelamento de débitos de ICMS que estavam vencidos até 31 de dezembro de 2008 no montante de R$ 2.974, sendo R$ 2.605 de ICMS e R$ 369 de Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais (FECP). A esses valores foi somado o montante de R$ 179 a título de mora. Esse parcelamento terá o prazo de 60 meses, com início em junho de 2010 e término em maio de 2015. O saldo remanescente dessa dívida em 31 de dezembro de 2012 é de R$ 1.717 (R$ 2.279 em 2011). A movimentação dos saldos do parcelamento especial está demonstrada a seguir:

	31/12/2012			31/12/2011		
	REFIS	REFERJ	Total	REFIS	REFERJ	Total
Saldo inicial	**12.657**	**2.279**	**14.936**	18.578	2.890	21.468
(-) Pagamentos	**(6.676)**	**(664)**	**(7.340)**	(12.600)	(1.152)	(13.752)
(+) Atualização	**264**	**102**	**366**	6.679	541	7.220
Saldo final	**6.245**	**1.717**	**7.962**	12.657	2.279	14.936
Circulante	**6.245**	**711**	**6.956**	6.548	667	7.215
Não circulante	**–**	**1.006**	**1.006**	6.109	1.612	7.721
	6.245	**1.717**	**7.962**	12.657	2.279	14.936

22. PARTES RELACIONADAS: A Companhia mantém operações com partes relacionadas que pertencem ao mesmo grupo econômico, cujos montantes, natureza das transações e efeitos nas demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

	31/12/2012			
	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (despesa)
Enersis Agência (a)				
Diversos	**235**	**2**	**99**	**–**
Fundação Brasiletros (c)				
Fundo de Pensão	**–**	**–**	**480.896**	**(50.069)**
CIEN - Companhia de Interconexão Energia (d)				
Compra de energia	**–**	**417**	**–**	**(3.977)**
CDSA - Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. (e)				
Compra de energia	**–**	**586**	**–**	**(5.379)**
Total de transações com partes relacionadas	**235**	**1.005**	**480.995**	**(59.425)**
(-) Plano de previdência privada - Fundação Brasiletros	**–**	**–**	**(480.896)**	**–**
Total	**235**	**1.005**	**99**	**(59.425)**

	31/12/2011			
	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (despesa)
Enersis Agência (a)				
Diversos	235	2	99	(2.298)
Endesa Brasil S.A. (b)				
Conta corrente	424	–	–	–
Fundação Brasiletros (c)				
Fundo de Pensão	–	–	529.230	(28.995)
CIEN - Companhia de Interconexão Energia (d)				
Compra de energia	–	433	–	(2.696)
CDSA - Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. (e)				
Compra de energia	–	618	–	(5.442)
Outras	–	226	–	–
Total de transações com partes relacionadas	659	1.279	529.329	(39.431)
(-) Plano de previdência privada - Fundação Brasiletros	–	–	(529.230)	–
Total	659	1.279	99	(39.431)

As principais condições relacionadas às transações entre as partes relacionadas estão descritas a seguir: a) Enersis Agência: A Companhia possui um conta corrente líquido a receber com a empresa Enersis no valor de R$ 134 (R$ 101 em 2011), referente à compra de software. b) Endesa Brasil S.A.: O montante de R$ 424 que em 31 de dezembro de 2011 representava um contas a receber da Companhia com sua controladora, referente a pagamentos de diversos gastos administrativos, foi liquidado no 3º trimestre de 2012. c) Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS: A Companhia, como mantenedora da Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS, realiza repasses mensais destinados à manutenção financeira dessa entidade e aportes para reserva atuarial dos planos previdenciários dos funcionários da Companhia, classificados como PCA (Plano de Complementação de Aposentadoria) e PACV (Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável). Como caução da operação, a Companhia oferece os direitos creditórios que possui ou venha a possuir, representado pela arrecadação das contas de energia elétrica efetivamente realizada, até o montante do débito vencido, sendo certo que a arrecadação das importâncias provenientes dos pagamentos dos direitos creditórios será efetuada através da rede bancária autorizada, transferindo os recursos correspondentes para a conta corrente bancária indicada pela BRASILETROS. O total de despesas no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi de R$ 50.069 (R$ 28.995 em 2011). d) CIEN - Companhia de Interconexão Energética: As Portarias Interministeriais nº 210 e 211, de 4 de abril de 2011, equipararam como Transmissora a CIEN e homologaram a sua RAP (Receita Anual Permitida), a partir da celebração do contrato de prestação de serviço de transmissão (CPST) com o ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico). A Companhia incorreu em despesas com a Rede Básica junto à CIEN no montante de R$ 3.977 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (R$ 2.696 em 2011). Em 31 de dezembro de 2012, o saldo do passivo era de R$ 417 (R$ 433 em 2011). e) Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. (CDSA): A Companhia participou do 2º leilão para compra de energia elétrica proveniente de empreendimentos de geração existentes ("2º LEILÃO"), em 02/04/2005, promovido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme o edital de Leilão nº 1/2005, realizado nos termos da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, da Portaria MME nº 231, de 30 de setembro de 2004, da Resolução Normativa ANEEL nº147, de 23 de fevereiro de 2005. Esse leilão resultou em contrato de compra e venda de energia elétrica entre as partes, com vigência até dia 31 de dezembro de 2015 e energia contratada de 4,039 MWMédios. Esse contrato totalizou um montante de R$ 5.379 como custo de energia comprada no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (R$ 5.442 em 2011) e o correspondente passivo de R$ 586 em 31 de dezembro de 2012 (R$ 618 em 2011). f) EN Brasil Comércio e Serviços S.A. (Prátil): A Companhia mantém contrato com a Prátil para a cobrança na fatura de energia elétrica de valores referentes aos serviços e/ou produtos ofertados por esta aos clientes da Companhia, efetuando o repasse após a arrecadação. O contrato é datado de 17 de dezembro de 2009 e seu prazo de vigência é de 4 anos contados a partir da data de sua aprovação pela ANEEL. Em caso de inadimplemento pela Companhia, a Prátil poderá notificá-la para no prazo de 5 dias úteis satisfazer plenamente a obrigação descumprida, sob pena de multa não compensatória no valor de 50% da média mensal de todo valor arrecadado pela Prátil em razão do contrato, sem prejuízo do pagamento de eventuais perdas e danos a que der causa a título de indenização suplementar. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não havia saldo a pagar para a Prátil. A Companhia não efetua transações com partes relacionadas em bases ou termos menos favoráveis do que aqueles que seriam praticados com terceiros. **Remuneração da Administração:** A remuneração total do conselho de administração e dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 é de R$ 5.297 (R$ 5.017 em 2011).

	31/12/2012	31/12/2011
Benefícios de curto prazo	**5.198**	4.881
Benefícios pós-emprego	**99**	136
Total	**5.297**	5.017

23. PROGRAMAS DE P&D E DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA: Conforme Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a destinar, anualmente, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida para os Programas de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e de Eficiência Energética, distribuído de acordo com os percentuais determinados pela ANEEL. As resoluções ANEEL nº 316, de 13 de maio de 2008 e nº 300 de 12 de fevereiro de 2008 aprovam os Manuais do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e de Eficiência Energética, versão 2008, que estabelecem as diretrizes e orientações na elaboração dos projetos de P&D e PEE. As principais mudanças provenientes dos novos manuais são: a possibilidade de submissão de projetos a qualquer época do ano, tornando o processo contínuo; a ênfase na avaliação final dos projetos, aumentando assim a responsabilidade da concessionária na aplicação do investimento; a adoção de um plano de investimento e um plano de gestão dos programas, tendo recursos destinados para tal; além da abertura do programa de P&D para as demais etapas do ciclo de inovação (cabeça de série, lote pioneiro e inserção no mercado). A Companhia contabiliza as despesas referentes aos Programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento conforme seu período de competência, permanecendo os valores registrados e corrigidos pela SELIC até a efetiva realização. A composição dos saldos desses passivos é apresentada a seguir:

	31/12/2012		31/12/2011	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Programa de Eficiência Energética - PEE	**28.136**	**3.059**	15.363	–
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	**16.134**	**1.321**	8.116	2.266
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	**(120)**	**–**	(301)	–
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	**(60)**	**–**	(150)	–
Total	**44.090**	**4.380**	23.028	2.266

24. OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO: A Companhia é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS, entidade fechada de previdência privada complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. A Fundação administra dois planos de benefícios, sendo um na modalidade de benefício definido (Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA), que tem por finalidade principal complementar os benefícios a que têm direito auferir, como segurados de previdência social, os empregados da Companhia, e um na modalidade de contribuição definida (Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV), que tem por objetivo conceder um benefício em função da reserva acumulada em nome do participante. Os planos de benefícios de aposentadoria e pensão são avaliados atuarialmente, objetivando mensurar os compromissos da patrocinadora com os planos de benefícios oferecidos a seus empregados e ex-empregados. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2012, no montante de R$ 480.896 (R$ 529.230 em 2011), corresponde à totalidade das obrigações da patrocinadora junto ao plano de benefícios. Os planos administrados pela Companhia têm as seguintes principais características: a) Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA (Benefício Definido): **Patrocinadora (informações não auditadas):** Contribui com 2,86% da folha de salários e com o pagamento das despesas administrativas de aproximadamente R$ 180 mensais. **Participantes ativos:** A contribuição corresponde a percentuais cumulativos em função da faixa salarial, com tabela e em razão do teto da previdência, variando de 1,75% a 10% do salário. **Participantes assistidos:** Essa contribuição é definida anualmente com base no resultado do plano de custeio, que corresponde atualmente aos mesmos percentuais cumulativos vigentes para os participantes ativos. A Companhia reconheceu inicialmente, em 31 de dezembro de 2001, o déficit atuarial, no montante de R$ 118.221 (não auditado), apresentado no plano de complementação de aposentadoria (PCA), em conformidade com a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000. O referido déficit foi suportado por contrato celebrado em 1º de janeiro de 2002, com a BRASILETROS, através do qual ficou estabelecido que o déficit apurado seria amortizado em um prazo de 20 anos, com carência de 2 anos e meio, com a incidência de juros de 6% ao ano, acrescido da variação ocorrida no índice nacional de preços ao consumidor - INPC. b) Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV (Contribuição Definida): **Patrocinadora:** Contribui com 4,06% da folha de salários dos participantes ativos, dos quais 0,1% são destinados à cobertura dos benefícios e 1,7% utilizados para cobertura das despesas administrativas, totalizando 5,65% da folha salarial. **Participantes ativos:** Os participantes ativos do PACV deverão efetuar a contribuição descrita no Regulamento do Plano, sendo que o percentual médio apurado a partir da população ativa no PACV na data-base da avaliação equivale a 4,77% da folha de salários dos participantes ativos do PACV. c) Plano de Assistência Médica dos Aposentados (PAMA): A Companhia tem por obrigação conceder benefícios de assistência médica somente a ex-funcionários que foram desligados da empresa até 31 de dezembro de 1997 e que comprovaram a condição de afastamento pelo sistema público de pensão. Esses benefícios são de caráter opcional e são custeados pela empresa e pelo usuário em regime pré-pago. O plano é administrado pela Unimed Leste Fluminense e é regido por contrato que prevê cláusula de reajuste periódico das contribuições ao plano em função da sinistralidade do grupo. O custeio é determinado per capita com base em tabela, segregada em 10 faixas etárias, de acordo com o critério permitido pela ANS. O plano pode ser segregado em 3 grupos distintos e que compartilham a mesma apólice: • Ativos: O plano é extensivo aos empregados e seus dependentes. O custeio cobrado de funcionário é determinado pela empresa em função de tabela contendo 3 faixas etárias, cobrado por grupo familiar ou agregados. Pelo fato de serem contributivos por empregado, geram benefício de permanência vitalícia após 10 anos de vínculo, conforme Lei 9.656. • Aposentados Lei 9.656: Grupo que exerceu o direito de permanência no plano, desde que mantido às próprias expensas, conforme Lei 9.656. O custo é cobrado diretamente pela Unimed, administradora do plano, sendo as contribuições per capita estruturadas por faixa etária. • Aposentados PDI: Grupo de aposentados e seus dependentes que gozam do benefício de permanência no plano, sendo seu custeio determinado de acordo com as mesmas regras aplicadas aos empregados, ou seja, tabela de contribuições contendo 3 faixas etárias, cobrados por grupo familiar ou agregado no plano. d) Benefício de pagamento da multa do FGTS na aposentadoria: A empresa mantém um Programa de Incentivo à Aposentadoria assegurando o pagamento de importância equivalente a, no mínimo, 40% do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, acrescida do valor equivalente ao Aviso Prévio do empregado, observado todo o contrato de trabalho, àqueles que solicitarem demissão por comprovado motivo de aposentadoria. Terão direito o benefício apenas os empregados que tenham adquirido o mínimo de 70% do tempo de serviço na Companhia. A companhia optou por efetuar o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais imediatamente no período em que ocorrerem em "Outros Resultados Abrangentes". **Conciliação do valor presente da obrigação e do valor dos ativos dos planos, com os ativos e os passivos reconhecidos no balanço patrimonial:**

	31/12/2012	31/12/2011
Valor presente das obrigações atuariais	**(1.169.274)**	(1.064.274)
Valor justo dos ativos	**688.378**	539.805
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	**(480.896)**	(524.469)
Restrição de reconhecimento do ativo	**–**	(4.761)
Ativo (passivo) atuarial	**(480.896)**	(529.230)

Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor presente da obrigação

	31/12/2012	31/12/2011
Valor presente da obrigação atuarial no início do ano	**(1.064.274)**	(968.746)
Custo dos serviços correntes	**(84)**	(3.612)
Custo dos juros	**(107.623)**	(98.375)
Contribuições de participantes do plano	**(29)**	(22)
Ganho (perda) atuarial	**(74.037)**	(69.199)
Benefícios pagos	**76.773**	75.680
Valor presente da obrigação atuarial no final do ano	**(1.169.274)**	(1.064.274)

Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor justo dos ativos dos planos

	31/12/2012	31/12/2011
Valor justo dos ativos do plano no início do ano	**539.805**	623.510
Retorno esperado dos ativos do plano	**57.639**	72.992
Ganho (perda) atuarial	**133.662**	(115.306)
Contribuições do empregador	**34.016**	34.267
Contribuições do participante do plano	**29**	22
Benefícios pagos no ano	**(76.773)**	(75.680)
Valor justo dos ativos do plano	**688.378**	539.805

Retorno real dos ativos dos planos

	31/12/2012	31/12/2011
Retorno esperado sobre os ativos do plano	**57.639**	72.992
Ganho (perda) atuarial sobre os ativos do plano	**133.662**	(115.306)
Retorno real sobre os ativos dos planos	**191.301**	(42.314)

Percentagem que cada categoria principal de ativos do plano representa do valor justo do total dos ativos dos planos

	31/12/2012	31/12/2011
Renda fixa	**496.613**	402.437
Renda variável	**108.321**	98.815
Investimentos imobiliários	**53.367**	31.950
Outros	**30.078**	6.608
Total	**191.765**	137.373

Despesa reconhecida nas demonstrações do resultado

	31/12/2012	31/12/2011
Custo do serviço corrente	**84**	3.612
Custo dos juros	**107.623**	98.375
Retorno esperado dos ativos do plano	**(57.639)**	(72.992)
Total de despesas/(receitas)	**50.068**	28.995

Valores totais reconhecidos em outros resultados abrangentes

	31/12/2012	31/12/2011
Ganho (perda) atuarial	**59.625**	(184.505)
Variação na restrição de reconhecimento do ativo	**4.761**	(4.761)
Total de outros resultados abrangentes	**64.386**	(189.266)

Valores atuariais para o exercício corrente e o anterior

	31/12/2012	31/12/2011
Obrigação de benefício definido	**(1.169.274)**	(1.064.274)
Ativos do plano	**688.378**	539.805
Superávit (déficit)	**(480.896)**	(524.469)
Ajustes de experiências sobre os passivos do plano	**(74.037)**	(69.199)
Ajustes de experiências sobre os ativos do plano	**133.662**	(115.306)

As principais premissas adotadas pelo atuário independente para a realização do cálculo estão apresentadas a seguir pelos seus valores nominais:

Principais premissas atuariais	PCA	PACV	PAMA	FGTS
Taxa de desconto	9,80%	9,80%	9,80%	9,80%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	9,80%	9,80%	N/A	N/A
Taxa do crescimento salarial	7,61%	7,61%	N/A	7,61%
Taxa de inflação esperada	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	5,50%	5,50%	N/A	N/A
Tábua geral de mortalidade	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49(+6)	AT-49(+6)	AT-49(+6)	N/A
Tábua de entrada em invalidez	Light-Média	Light-Média	N/A	N/A

Foi adotada premissa de crescimento dos custos médicos decrescente, variando de 11,57% a.a. (5,75% a.a. em termos reais) no primeiro ano de projeção, atingindo o valor de 6,51% a.a. (0,95% a.a. em termos reais) para 2023 em diante. Para projeção dos custos foi adotada premissa de crescimento dos custos em função da idade de 3,00% a.a. Foi adotada premissa de crescimento real das contribuições ao plano de saúde em 1,50% a.a em 2012 (R$ 0 em 2011). Todos os participantes farão opção por permanecer no plano de saúde na aposentadoria. Para os saldos acumulados no FGTS foi adotada a premissa de rentabilidade real nula. **25. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS:** A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável. **Provisões com risco provável:** Segue abaixo quadro demonstrativo das provisões para contingências constituídas pela Companhia:

	31/12/2010	31/12/2011			
	Saldo acumulado	Adições/ reversões	Atualização monetária	Pagamentos	Saldo acumulado
Trabalhistas (a)	184.482	(23.251)	12.583	(20.220)	153.594
Cíveis (b)	317.316	52.844	36.090	(83.801)	322.449
Fiscais (c)	32.045	(7.506)	7.010	(10.222)	21.327
Total	533.843	22.087	55.683	(114.243)	497.370

	31/12/2011	31/12/2012				
	Saldo acumulado	Adições/ reversões	Atualização monetária	Pagamentos	Acordos judiciais	Saldo acumulado
Trabalhistas (a)	153.594	**974**	**9.288**	**(8.744)**	**–**	**155.112**
Cíveis (b)	322.449	**25.988**	**32.126**	**(64.100)**	**(101.851)**	**214.612**
Fiscais (c)	21.327	**502**	**5.618**	**(260)**	**–**	**27.187**
Total	497.370	**27.464**	**47.032**	**(73.104)**	**(101.851)**	**396.911**

a) Riscos trabalhistas: Englobam reclamações trabalhistas de ex-funcionários próprios e empregados de empresas terceirizadas que pleiteiam vínculo empregatício com a Companhia e posterior equiparação em direitos aos empregados desta ou eventuais verbas inadimplidas por suas empresas. Os principais riscos contabilizados referem-se aos seguintes temas: • URP (Unidade de Reposição de Preço) - Referente a perdas salariais ocorridas à época do plano econômico do Governo Federal, no montante de R$ 53.430 em 31 de dezembro de 2012 (R$ 50.171 em 2011); • Reintegração ao emprego, no montante de R$ 5.155 em 31 de dezembro de 2012 (R$ 4.838 em 2011); • Vínculo empregatício, no montante de R$ 8.999 em 31 de dezembro de 2012 (R$ 6.841 em 2011); • Horas extras, no montante de R$ 3.784 em 31 de dezembro de 2012 (R$ 3.099 em 2011); • Acidente de trabalho, no montante de R$ 947 em 31 de dezembro de 2012 (R$ 804 em 2011); • Diferenças salariais, no montante de R$ 3.815 em 31 de dezembro de 2012 (R$ 3.582 em 2011); • Adicional de periculosidade, no montante de R$ 3.474 em 31 de dezembro de 2012 (R$ 3.262 em 2011); • Diferença de FGTS, no montante de R$ 1.124 em 31 de dezembro de 2012 (R$ 1.057 em 2011); • Enquadramento, no montante de R$ 1.995 em 31 de dezembro de 2012 (R$ 1.873 em 2011); • Ticket-refeição, no montante de R$ 2.654 em 31 de dezembro de 2012 (R$ 2.528 em 2011); • Plano de desligamento incentivado, no montante de R$ 1.675 em 31 de dezembro de 2012 (R$ 1.573 em 2011); • Verbas rescisórias, no montante de R$ 1.726 em 31 de dezembro de 2012 (R$ 1.127 em 2011); • Danos morais, no montante de R$ 913 em 31 de dezembro de 2012 (R$ 851 em 2011); • Abono salarial, no montante de R$ 583 em 31 de dezembro de 2012 (R$ 547 em 2011); • Previdenciário - Referente às contribuições previdenciárias de trabalhadores temporários, através das empresas fornecedoras de mão de obra e ao não recolhimento de contribuições previdenciárias incidentes sobre o 13º salário pago aos "patrulheiros", no montante de R$ 12.993 em 2011 e sem alteração em dezembro de 2012. Os demais processos que compõem o saldo da provisão em 31 de dezembro de 2012 têm como objeto os mesmos temas citados acima e outros, todos de baixo valor reclamado. b) Riscos cíveis: Engloba processos de natureza cível, inclusive consumeirista, nos quais a Companhia é ré, sendo grande parte da provisão vinculada a processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, indenização por acidentes/morte com energia elétrica, desapropriações, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, ações judiciais envolvendo pedido de indenização por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores. Durante o exercício de 2012, o processo que se encontrava em aberto com a Enertrade foi concluído de forma irretratável e irrevogável, resultando na reversão integral da provisão que estava constituída, impactando o resultado da Companhia em R$ 101.851. c) Riscos fiscais: Os principais riscos fiscais aos quais a Companhia está exposta são: **ICMS - Pagamento a menor:** O Estado de Rio de Janeiro ajuizou Execução Fiscal para cobrar débito tributário decorrente de suposto pagamento a menor no período de fevereiro/1999 a setembro de 2000, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2012 de R$ 9.241 (R$ 8.361 em 2011). A Companhia apresentou defesa (embargos à execução) e aguarda decisão de primeira instância judicial. **ICMS - Crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado:** A Companhia possui um Auto de Infração lavrado pelo Estado para cobrar débitos relativos ao período de dezembro/96 a novembro/98, sob o argumento de que os bens adquiridos para o ativo fixo não estavam relacionados à atividade fim da Companhia. A administração decidiu, após diligência realizada em 2012, constituir provisão equivalente a 40% da autuação fiscal, isto é, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2012 de R$ 4.630 (valor total do auto de R$ 11.462). **Contingências passivas com risco possível:** A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível. As contingências passivas estão assim representadas: As principais contingências possíveis são:

	31/12/2012	31/12/2011
Trabalhistas (a)	**346.459**	133.392
Cíveis (b)	**496.137**	346.739
Fiscais (c)	**1.475.135**	1.358.636
Pequenas causas (d)	**131.887**	156.754
Total	**2.449.618**	1.995.521

a) Riscos trabalhistas: As principais causas trabalhistas são relacionadas a pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, demissões sem justa causa, dentre outras. b) Riscos cíveis: A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza cível, nos quais a Companhia é ré, sendo grande parte associada a pleitos de danos morais e materiais. c) Riscos fiscais: **Imposto de renda retido na fonte - Emissão de *Fixed Rate Notes* (FRN).** No dia 1º de julho de 2005, a Secretaria da Receita Federal lavrou contra a Sociedade auto de infração em razão de ter entendido que houve perda do benefício fiscal de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte - IRRF incidente sobre os juros e demais rendimentos remetidos ao exterior, em decorrência de *Fixed Rate Notes* (FRN) emitidos pela Companhia em 1998. Em decisão de 2ª instância a Companhia obteve decisão favorável, em que se declarou a improcedência do Auto. Em janeiro de 2010, a Companhia foi intimada da decisão e do Recurso Especial Apresentado pela Fazenda. Em 21 de dezembro de 2012, a Companhia foi intimada da decisão da Câmara Superior de Recursos Fiscais que julgou procedente o Auto de Infração. Em 28 de dezembro de 2012 foram apresentados embargos de declaração que aguardam apreciação. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2012 é de R$ 819.886 (R$ 783.201 em 2011). **COFINS - Auto de Infração período pós-imunidade.** A Receita Federal do Brasil lavrou um Auto de Infração para cobrar débitos de COFINS decorrentes de supostos pagamentos a menor no período de dezembro/2001 a junho/2002. A Companhia impugnou o Auto, o qual foi julgado procedente em primeira instância administrativa. A Companhia apresentou recurso voluntário, que foi julgado, em novembro de 2007, parcialmente procedente: procedente para afastar a incidência da COFINS sobre receitas financeiras e improcedente quanto à não tributação da receita de venda de energia no período de final de dezembro a março de 2002, correspondente ao prazo de 90 dias para aplicação de norma que altere contribuição social, previsto na Constitucional Federal. A Fazenda e a Companhia apresentaram recurso à Câmara Superior de Recursos Fiscais. Em 24 de agosto de 2009 foi apresentado pela Companhia Agravo ao Presidente da Câmara Superior de Recursos Fiscais para admissão do recurso especial apresentado. O agravo foi julgado contra a Companhia e em 5 de maio de 2010. A Companhia foi notificada dessa decisão. Em 5 de julho de 2010, a Companhia foi intimada para apresentar os valores que representam os ingressos financeiros e, em 26 de julho de 2010, apresentou resposta à intimação. Aguarda-se julgamento do recurso especial apresentado pela Fazenda Nacional. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2012, é de R$ 179.434 (R$ 172.681 em 2011). **ICMS - Prazo de recolhimento.** Em 26 de setembro de 2005, a Companhia foi autuada pela Secretaria de Receita do Estado do Rio de Janeiro, em razão de recolhimento espontâneo, fora do prazo legal estipulado pelo Dec. 31.632/02, de ICMS e do adicional de ICMS destinado ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza sem o pagamento dos acréscimos legais. Em decisão de 1ª instância os autos foram julgados procedentes pela Junta de Revisão Fiscal. A Companhia apresentou recurso. Em 26 de agosto de 2010, recebida intimação comunicando que o Conselho de Contribuintes decidiu contra a Companhia o recurso administrativo apresentado. Em 1 de novembro de 2010 a Companhia apresentou recurso ao Conselho Pleno que foi julgado em 9 de maio 2012 de forma desfavorável a Companhia. Em 30 de agosto de 2012, a Companhia tomou ciência da decisão do Conselho Pleno e apresentou recurso ao Secretário de Fazenda que aguarda julgamento. Não obstante o recurso apresentado ao Secretário, os autos de infração foram inscritos em dívida ativa em 1 de novembro de 2012. Em consequência, a Companhia apresentou ação cautelar de caução para antecipação de garantia visando a obtenção de Certidão Positiva com efeitos de negativa. Tal ação teve a medida liminar deferida em 13 de novembro de 2012. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2012 é de R$ 210.400 (R$ 188.256 em 2011). **ICMS - Crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado.** Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possui 4 Autos de Infração (3 em 2011) lavrados para cobrar débitos relativos aos períodos de dezembro de 1996 a novembro de 1998, novembro de 1998 a março de 1999, julho de 1997 a outubro de 1998 e janeiro de 2007 a dezembro de 2011, sob o argumento de não haver comprovação de créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado e/ou sob o argumento de que os bens adquiridos para o ativo fixo não estavam relacionados à atividade fim da Companhia. Para os 2 primeiros autos de infração a Companhia aguarda decisão de segunda instância administrativa, para o terceiro aguarda inscrição em dívida ativa do Estado do Rio de Janeiro para prosseguir com a discussão na esfera judicial e em relação ao quarto auto, a Companhia apresentou sua impugnação em setembro de 2012 e aguarda julgamento. Os valores atualizados dos 4 autos em 31 de dezembro de 2012 montam, respectivamente, R$ 6.946 (valor total do auto R$ 11.576), R$ 1.776, R$ 22.124 e R$ 47.390 (R$ 10.439, R$ 1.605 e R$ 20.336, respectivamente, referentes a 3 autos em 2011). Em relação ao primeiro auto de infração, a administração, baseada na opinião legal dos advogados externos, decidiu constituir provisão no valor atualizado em 31 de dezembro de 2012, de R$ 4.630 equivalente a 40% da autuação por entender que a probabilidade de perda deste percentual é provável, conforme informação constante dos riscos prováveis. Adicionalmente, a Companhia ajuizou ação anulatória de débito de ICMS oriundo de auto de infração relativo ao período de novembro de 1998 a março de 1999 lavrado sob o argumento de que a Companhia não comprovou os valores de créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2012 de R$ 15.931 (R$ 14.422 em 2011). Em 22 de agosto de 2011 foi proferida a sentença de primeira instância que julgou improcedente o pedido feito pela Companhia. Aguarda-se julgamento dos Embargos de Declaração apresentados pela Companhia. **ICMS - Compensação de créditos sem comprovação documental.** A Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro lavrou um auto de infração sob o argumento de que a Companhia se creditou indevidamente de valores de ICMS (exercício de 1998) sem comprovação documental. A Companhia aguarda decisão de segunda instância administrativa. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2012 é de R$ 16.236 (R$ 14.636 em 2011). **ICMS - Saída de bens para reparação.** A Companhia ajuizou duas Ações Anulatórias de débitos de ICMS nos valores atualizados em 31 de dezembro de 2012 de R$ 11.774 e R$ 12.785 (R$ 10.652 e R$ 11.550 em 2011), cobrados sobre as saídas de bens para reparação sem incidência do tributo, não tendo havido a comprovação do retorno ao estabelecimento de origem no prazo legal de 180 dias, no período de fevereiro de 1998 a agosto de 2000. No primeiro processo: em 9 de dezembro de 2010, foi publicada sentença que julgou improcedente os embargos à execução fiscal. Em 14 de dezembro de 2010, a Companhia opôs embargos de declaração. Em 12 de maio de 2011, foi proferida decisão que julgou improcedentes os embargos de declaração. Em 30 de maio de 2011, foi interposto recurso de apelação contra sentença proferida. Em relação à segunda anulatória: Em 7 de junho de 2011, foi publicada sentença que julgou improcedente a ação anulatória. Em 13 de junho de 2011, a Companhia opôs embargos de declaração que foram julgados e rejeitados em dezembro de 2011. A Companhia apresentou recurso de apelação em 10 de fevereiro de 2012 para o qual aguarda julgamento. **ICMS - Comparação entre informes gerenciais e livros fiscais.** A Companhia ajuizou ação anulatória para desconstituir auto de infração para cobrar supostos débitos de ICMS no período de dezembro de 2000 a outubro de 2001 decorrentes de diferenças verificadas após a comparação entre os informes gerenciais e os livros fiscais. Após a realização da perícia contábil, aguarda-se decisão de primeira instância. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2012 é de R$ 4.592 (R$ 0 em 2011). **ICMS - Cancelamentos de meses anteriores.** A Companhia recebeu auto de infração em agosto de 2012 para cobrar supostos débitos de ICMS decorrentes de diferenças verificadas entre o Livro de saída do ICMS e o Convênio 30. Tais diferenças decorrem de equívoco no preenchimento do Livro de saída em relação às faturas canceladas dentro do próprio mês ou em meses anteriores. A Companhia apresentou sua impugnação em setembro de 2012, sob o argumento de que o equívoco não ocasionou recolhimento a menor de imposto, e aguarda julgamento. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2012 é de R$ 23.931 (R$ 0 em 2011). **ICMS e ICMS-FECP - Isentos e não tributáveis.** A Companhia recebeu auto de infração em agosto de 2012 para cobrar supostos débitos de ICMS decorrentes da não tributação de clientes que não deveriam, de acordo com a fiscalização, estar classificados como isentos ou não tributáveis. A grande maioria das faturas que supostamente estavam sem o ICMS já tinham sido tributadas em meses anteriores, pois eram refaturamentos de meses anteriores. A Companhia apresentou sua impugnação em setembro de 2012 e aguarda julgamento. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2012 é de R$ 5.771 (R$ 0 em 2011). **Taxa de uso de solo.** A Companhia possui oito processos que objetivam a cobrança de Taxa de Uso de Solo pela permanência de instalações fixas em vias e espaços públicos pelos Municípios de Niterói, Itaboraí, Rio Bonito e Rio das Ostras, relativos ao período de 2002 a 2009, os quais perfazem o montante atualizado em 31 de dezembro de 2012 de R$ 74.043 (R$ 69.918 em 2011). No processo referente ao ano de 2002, a Companhia aguarda decisão de primeira instância administrativa acerca do auto de infração. Com relação aos processos dos anos de 2003 a 2009, a Companhia está discutindo as cobranças na esfera judicial em um Mandado de Segurança e em 6 Execuções Fiscais. A Execução Fiscal proposta pelo Município de Itaboraí referente aos anos de 2003 a 2009 teve decisão de primeira e segunda instâncias favoráveis à Companhia. O município apresentou recurso aos tribunais superiores que aguardam julgamento. A Execução Fiscal proposta pelo Município de Niterói referente ao ano de 2009 no valor de R$ 4.939 foi publicada decisão que determinou a devolução do prazo ao Município de Niterói para interposição de recurso. Em 27 de julho 2012, o Município apresentou agravo. Em 10 de setembro de 2012 foi publicado acórdão negando provimento ao agravo e em 19 de setembro de 2012 foram opostos embargos de declaração pelo Município. Em 19 de outubro de 2012, publicada decisão que não acolheu os Embargos de Declaração. Em 12 de novembro de 2012, o Município apresentou recurso aos tribunais superiores que aguardam julgamento. **Imposto Sobre Serviços - ISS.** Em 30 de maio de 2003, o Município de Cabo Frio lavrou contra a Companhia o auto de infração visando à cobrança de débito fiscal no valor atualizado em 31 de dezembro de 2012 de R$ 9.522 (R$ 9.153 em 2011), relativo ao período de janeiro de 1997 a maio de 2002. A Companhia apresentou Impugnação ao Auto de Infração e aguarda decisão desde maio de 2003. Em 2 de setembro de 2009, o Município de Niterói apresentou Execução Fiscal contra a Companhia visando à cobrança de débito fiscal no valor atualizado em 31 de dezembro de 2012 de R$ 1.524 (R$ 1.422 em 2011), relativo ao período de janeiro de 1999 a julho de 2003. Em março de 2010 a Companhia apresentou sua defesa (Embargos à Execução Fiscal) e aguarda decisão de primeira instância judicial. **Taxa de empachamento.** Em 1 de junho de 2009, a Companhia ajuizou em face do Município de Niterói, Mandado de Segurança visando suspender a cobrança de taxa de empachamento e exigência de licença municipal prévia para que a Companhia possa executar os serviços e obras de manutenção, reparação e intervenção na rede de distribuição de energia elétrica nas vias e logradouros públicos do Município. O valor estimado em 31 de dezembro de 2012 é de R$ 6.250 (R$ 6.250 em 2011). Em maio de 2010, a Companhia apresentou apelação em face da sentença que lhe foi parcialmente favorável. Segue pendente de julgamento em segunda instância judicial. A companhia, além dos processos acima descritos, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas de IR, PIS, COFINS, ICMS, IPTU e ISS no valor total de R$ 4.820 (R$ 28.959 em 2011). **Ativo contingente.** A Companhia ajuizou ação ordinária arguindo a inconstitucionalidade do art. 3°, § 1º da Lei nº 9.718/98 ao majorar a base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como requereu a restituição dos valores pagos em razão desta majoração. O valor atualizado deste processo em 31 de dezembro de 2012 é de R$ 116.073 (R$ 106.810 em 2011). A Companhia obteve decisão favorável de primeira e segunda instância judicial. Em 16 de junho de 2011, a União apresentou Recurso Extraordinário que aguarda exame de admissibilidade. d) Pequenas causas: Os principais processos no Juizado Especial Cível são relacionados aos seguintes objetos: interrupção e oscilação temporária de energia, furto de energia, corte, aumento no valor da conta, produtos (seguros), ressarcimento de aparelhos queimados e Serasa. **26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO:** a) Capital social: O capital social está composto de ações sem valor nominal, representadas por 3.922.515.918.446 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2012 e 2011, conforme composição acionária abaixo.

	31/12/2012		31/12/2011	
Acionista	Quantidade de ações ordinárias	% de Participação no capital	Quantidade de ações ordinárias	% de Participação no capital
Endesa Brasil S.A.	**1.839.121.933.344**	**46,90**	1.839.121.933.344	46,90
Chilectra Inversud S.A.	**824.607.526.461**	**21,02**	824.607.526.461	21,02
Enersis S.A.	**536.591.907.868**	**13,68**	536.591.907.868	13,68
Chilectra S.A.	**405.768.824.339**	**10,34**	405.768.824.339	10,34
Endesa Latinoamerica S.A.	**–**	**–**	302.176.533.045	7,70
Cono Sur Participaciones S.A.	**302.186.887.655**	**7,70**	–	–
Outros	**14.238.838.779**	**0,36**	14.249.193.389	0,36
Total de ações em circulação	**3.922.515.918.446**	**100,00**	3.922.515.918.446	100,00

b) Reserva legal: O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social. c) Reforço de capital de giro: É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não podem exceder 80% do montante do capital integralizado, conforme os termos do artigo 27, § 1º, IV do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações. Em 31 de dezembro de 2012, esta reserva atingiu o seu percentual máximo para constituição. d) Dividendos: De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. A base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios está assim composta:

	31/12/2012
Lucro líquido do exercício	**493.376**
(-) Reserva legal	**(24.669)**
Lucro líquido ajustado	**468.707**
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	**117.177**
Percentual de constituição	**25%**

e) Reserva de retenção de lucros: É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente nas atividades relacionadas à distribuição de energia, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. Na proposta de destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 está prevista uma retenção de lucros, no montante de R$ 156.478, a ser deliberado em Assembléia Geral de Acionistas em de 30 de abril de 2013. f) Excesso das reservas de lucros: Em 31 de dezembro de 2012, o saldo acumulado das reservas de lucros está superior ao capital social. A Assembléia Geral de Acionistas, a ser realizada em 30 de abril de 2013, irá deliberar sobre a aplicação do excesso destas reservas, de forma a atender ao previsto no artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações. g) Outros resultados abrangentes: g.1) Outros resultados abrangentes - ganhos e perdas atuariais. O CPC 33 determina que os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica sejam reconhecidos em outros resultados abrangentes. Sendo assim, a Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2012 o saldo líquido das perdas atuariais na rubrica de outros resultados abrangentes no montante de R$ 42.495 (R$ 111.728 em 2011). g.2) Outros resultados abrangentes - ganho e perdas sobre *hedge* de fluxo de caixa. O CPC 38 determina que a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa devem ser reconhecidas diretamente no patrimônio em outros resultados abrangentes. Sendo assim, a Companhia reconheceu em 31 de dezembro 2012 o montante líquido de R$ 1.604 (nulo em 2011) na rubrica de outros resultados abrangentes. **27. LUCRO POR AÇÃO:** Em atendimento à Deliberação CVM nº 636, de 6 de agosto de 2010, que aprovou o CPC 41 - Resultado por ação ("CPC 41"), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

	31/12/2012	31/12/2011
Lucro líquido	**493.376**	210.352
Número de ações	**3.922.515.918.446**	3.922.515.918.446
Lucro por ação - básico (reais por milhares de ações)	**0,12578**	0,05363

O cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O capital social, totalmente subscrito e integralizado é dividido em 3.922.515.918.446 ações ordinárias. Não há diferença significativa entre o lucro por ação básico e o cálculo de lucro por ação diluído, uma vez que a Companhia não possui instrumentos patrimoniais emitidos com realização no período. **28. RECEITA LÍQUIDA:** A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, está disposta abaixo:

	Nº de consumidores (Não auditado)		MWh (Não auditado)		R$	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Fornecimento faturado						
Residencial	**2.177.932**	2.125.324	**4.331.407**	4.084.228	**2.418.992**	2.101.165
Industrial	**4.726**	4.789	**1.066.688**	1.374.726	**458.394**	479.209
Comércio, serviços e outras	**147.386**	146.568	**2.075.180**	1.921.163	**1.124.894**	1.004.818
Rural	**63.055**	61.645	**234.224**	221.089	**69.229**	62.667
Poder público	**13.423**	12.836	**482.126**	439.852	**260.151**	237.140
Iluminação pública	**1.424**	1.401	**496.631**	478.187	**150.412**	136.859
Serviços públicos	**1.317**	1.243	**313.561**	292.207	**89.950**	80.223
	2.409.263	2.353.806	**8.999.817**	8.811.452	**4.572.022**	4.102.081
Fornecimento não faturado					**44.498**	(34.099)
Consumidores, concessionários e permissionários					**4.616.520**	4.067.982
Suprimento de energia elétrica	**13**	14	**418.978**	404.663	**38.910**	35.078
Energia elétrica de curto prazo	**–**	–	**–**	–	**20.698**	14.476
Baixa renda	**–**	–	**–**	–	**71.348**	77.825
Disponibilidade da rede elétrica	**–**	–	**–**	–	**252.127**	235.997
Receita de construção	**–**	–	**–**	–	**403.646**	448.631
Outras receitas	**–**	–	**–**	–	**62.029**	71.064
Receita operacional bruta					**5.465.278**	4.951.053
(-) Deduções da receita						
ICMS	**–**	–	**–**	–	**(1.178.219)**	(1.082.223)
PIS	**–**	–	**–**	–	**(51.811)**	(40.395)
COFINS	**–**	–	**–**	–	**(238.645)**	(185.250)
ISS	**–**	–	**–**	–	**(2.245)**	(2.136)
Quota para reserva global de reversão	**–**	–	**–**	–	**(67.046)**	(68.543)
Subvenções CCC/CDE	**–**	–	**–**	–	**(194.265)**	(227.692)
P&D e eficiência energética	**–**	–	**–**	–	**(32.422)**	(24.194)
Encargo ex-isolados	**–**	–	**–**	–	**(9.636)**	(8.249)
Total de deduções de receita	**–**	–	**–**	–	**(1.774.289)**	(1.638.682)
Total	**2.409.276**	2.353.820	**9.418.795**	9.216.115	**3.690.989**	3.312.371

29. COMPRA E VENDA DE ENERGIA NA CCEE: Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE conforme demonstrado a seguir:

Compra	MWh (não auditado)		R$	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Compra de energia	**183.730**	64.463	**74.468**	16.777
Ajustes financeiros	**–**	–	**1.192**	–
	183.730	64.463	**75.660**	16.777

Venda	MWh (não auditado)		R$	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Venda de energia	**305.862**	561.610	**19.506**	14.476
Ajustes financeiros	**–**	–	**1.192**	–
	305.862	561.610	**20.698**	14.476

30. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS:

	31/12/2012				31/12/2011
Descrição	Custos de operação	Despesas de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Total	Total
Pessoal (inclusive previdência privada)	**(90.103)**	**–**	**(61.644)**	**(151.747)**	(143.245)
Material	**(7.442)**	**(5.604)**	**(560)**	**(13.606)**	(13.628)
Serviços de terceiros	**(194.849)**	**(5.196)**	**(52.260)**	**(252.305)**	(246.449)
Energia elétrica comprada para revenda	**(1.434.233)**	**–**	**–**	**(1.434.233)**	(1.179.081)
Encargos do uso do sistema de transmissão	**(385.469)**	**–**	**–**	**(385.469)**	(344.946)
Encargos de serviços do sistema	**(53.328)**	**–**	**–**	**(53.328)**	(57.411)
Custos na desativação de bens	**(45.631)**	**–**	**(12.164)**	**(57.795)**	(8.774)
Depreciação e amortização	**(170.086)**	**–**	**(6.544)**	**(176.630)**	(182.232)
PCLD clientes - líquidas	**–**	**(77.253)**	**–**	**(77.253)**	(41.136)
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	**101.851**	**–**	**(27.464)**	**74.387**	(22.087)
Taxa de fiscalização da ANEEL	**(8.341)**	**–**	**–**	**(8.341)**	(7.392)
Custo de construção	**(403.646)**	**–**	**–**	**(403.646)**	(448.631)
Outros custos operacionais	**(18.390)**	**(1)**	**(26.224)**	**(44.615)**	(37.114)
Total	**(2.709.667)**	**(88.054)**	**(186.860)**	**(2.984.581)**	(2.732.126)

Despesas de pessoal	31/12/2012	31/12/2011
Remuneração	**85.044**	71.772
Encargos sociais	**36.838**	32.684
Provisão de férias e 13º salário	**12.125**	12.781
Plano de saúde	**13.490**	14.463
Previdência privada	**1.641**	5.715
Auxílio alimentação e outros benefícios	**9.530**	9.546
Participação nos resultados	**11.944**	9.370
Outros	**8.638**	10.945
(-) Transferências para intangível em curso	**(27.503)**	(24.031)
Total	**151.747**	143.245

A composição dos custos com energia elétrica está disposta abaixo:

	31/12/2012	31/12/2011
Energia elétrica comprada		
Itaipu Binacional	**(234.519)**	(207.432)
Enertrade Comercializadora de Energia S.A.	**(39.706)**	(42.276)
CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	**(75.660)**	(16.777)
CCEAR's - Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado	**(693.277)**	(661.390)
Proinfa	**(52.189)**	(41.280)
MCSD - Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits	**(215.697)**	(201.682)
Outros	**(123.185)**	(8.244)
	(1.434.233)	(1.179.081)
Encargos de uso rede de transmissão		
Rede Básica	**(183.027)**	(166.577)
Contratos de Uso do Sistema de Distribuição – CUSD	**(159.236)**	(137.829)
Encargos de Conexão	**(24.041)**	(22.666)
Outros Encargos	**(19.165)**	(17.874)
	(385.469)	(344.946)
Total	**(1.717.851)**	(1.524.027)

31. RESULTADO FINANCEIRO:

	31/12/2012	31/12/2011
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	**11.579**	9.407
Multas e acréscimos moratórios em conta de energia	**54.638**	46.756
Transações com partes relacionadas	**–**	2.298
Variações monetárias diversas	**6.603**	4.172
Receita de ativo indenizável	**307.410**	15.118
Outras receitas financeiras	**4.155**	10.740
Total das receitas financeiras	**384.385**	88.491
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	**(49.962)**	(68.587)
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	**(47.032)**	(55.683)
Encargos de fundo de pensão	**(49.984)**	(25.383)
Multas	**(12.774)**	(8.649)
Variações monetárias - debêntures	**(27.937)**	(13.691)
Variações monetárias - diversas	**(390)**	(770)
Juros - debêntures	**(75.713)**	(78.536)
Custo de transação	**(1.877)**	(1.687)
Indenizações DIC/FIC	**(20.259)**	(24.471)
Correção P&D/PEE	**(768)**	(1.863)
IOF	**(3.135)**	(5.899)
Outras despesas financeiras	**(36.066)**	(24.208)
Total das despesas financeiras	**(325.897)**	(309.427)
Resultado financeiro	**58.488**	(220.936)

32. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL: A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculada pelas alíquotas fiscais vigentes, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada abaixo:

Descrição	31/12/2012	%	31/12/2011	%
Lucro antes do IRPJ e CSLL	**764.896**	**100%**	359.309	100%
Alíquota nominal	**260.065**	**34%**	122.165	34%
Adições permanentes				
Participações nos lucros (administradores)	**685**	**0,26%**	839	0,69%
Doações	**536**	**0,21%**	310	0,25%
Benefícios indiretos	**24**	**0,01%**	122	0,10%
Atualização financeira contingência	**–**	**0,00%**	72	0,06%
Depreciação Lei 8.200	**196**	**0,08%**	205	0,17%
Perdas	**10.098**	**3,88%**	26.337	21,56%
Multas indedutíveis	**2.749**	**1,06%**	–	0,00%
	14.288		27.885	
Deduções permanentes				
Incentivo fiscal do PAT	**(1.426)**	**(0,55%)**	(1.069)	(0,88%)
Incentivo cultural	**(1.383)**	**(0,53%)**	–	0,00%
Adicional do IRPJ	**(24)**	**(0,01%)**	(24)	(0,02%)
	(2.833)		(1.093)	
IRPJ/CSLL diferidos no resultado (despesa)	**88.431**	**11,56%**	60.238	16,77%
IRPJ/CSLL corrente no resultado (despesa)	**183.089**	**23,94%**	88.719	24,69%
Alíquota efetiva	**271.520**	**35,50%**	148.957	41,46%

33. OBJETIVOS E POLÍTICAS PARA A GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO: Considerações gerais: A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas praticadas pelo mercado. **Fatores de risco:** A linha de negócio da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em 65 municípios do estado do Rio de Janeiro e um município em Minas Gerais. Dentro da sua estratégia, sintonizada com a gestão financeira de melhores práticas para minimização de riscos financeiros, e observando os aspectos regulatórios, a Companhia identifica os seguintes fatores de riscos que podem afetar seus negócios: a) Risco de crédito: Esse risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado como baixo, considerando a pulverização do número de clientes e o comportamento estatístico dos níveis de arrecadação. Adicionalmente, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específica. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber. b) Risco de escassez de energia: Corresponde ao risco de escassez na oferta de energia elétrica por parte das usinas hidroelétricas por eventuais atrasos do período chuvoso, associado ao crescimento de demanda acima do planejado, podendo ocasionar perdas para a Companhia em função do aumento de custos ou redução de receitas com a adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as simulações efetuadas, o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento. c) Risco de vencimento antecipado: A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida. Essas restrições são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução normal das operações. Atualmente, o índice de endividamento da Companhia está em patamares abaixo do limite estipulado pelos "*covenants*" financeiros. d) Gestão do risco de capital: A Companhia administra seu capital, para assegurar as suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos, financiamentos e debêntures detalhadas nas Notas 17 e 18, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários) e pelo patrimônio líquido da Companhia. O índice de endividamento no final dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	31/12/2012	31/12/2011
Dívida	**1.356.157**	1.411.572
Caixa e saldos de bancos (inclusive títulos e valores mobiliários)	**(51.738)**	(59.653)
Dívida líquida (a)	**1.304.419**	1.351.919
Patrimônio líquido (b)	**2.052.826**	1.635.736
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	**0,39**	0,45

(a) A dívida líquida é representada pelo saldo total dos empréstimos e financiamentos e debêntures, incluindo as parcelas do passivo circulante e não circulante, deduzidos os saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. Vide maiores detalhes nas Notas 4, 5, 17 e 18. (b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas constituídas pela Companhia. e) Risco de encargos de dívida: Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía 74,69% da dívida total indexada a taxas variáveis, sendo que 15,71% é atrelado a indicadores menos voláteis às oscilações do mercado, como a TJLP (BNDES). Com finalidade de evitar riscos com variações nos índices de mercado, 21,48% das dívidas variáreis (16,05% do total) tiveram suas taxas fixadas através de contrato de *swap*. Os ajustes a débito e a crédito dessas operações estão registrados nas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apurou um resultado negativo não realizado na operação de *swap* no montante de R$ 2.431. A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade dos impactos no resultado da Companhia caso as variações nas taxas de juros e índices de inflação no ano de 2012 fossem iguais às esperadas para o ano de 2013, segundo projeções baseadas na curva futura da BM&F:

		Efeitos	
31/12/2012	Aumento/ redução em pontos base	No resultado	No patrimônio líquido
Passivos financeiros			
CDI	**2,32%**	**(1.269)**	**(1.269)**
TJLP	**(13,04%)**	**2.617**	**2.617**
IPCA	**(0,66%)**	**415**	**415**

f) Risco de liquidez: A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez. As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados nos fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2012						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	2.042	4.066	18.696	85.842	48.296	158.942
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	25.489	9.285	148.252	187.227	19.560	389.813
Debêntures	–	–	122.813	774.780	303.209	1.200.802
	27.531	13.351	289.761	1.047.849	371.065	1.749.557

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2011						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	612	2.461	12.784	67.652	48.498	132.007
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	37.306	15.704	227.795	306.299	52.820	639.924
Debêntures	11.227	–	364.835	468.848	144.371	989.281
	49.145	18.165	605.414	842.799	245.689	1.761.212

Os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos de *hedge* que estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia estão dispostos abaixo:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2012						
"Swaps" de juros	–	–	4.179	8.480	–	12.659
	–	–	4.179	8.480	–	12.659

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia utiliza como opção de curto prazo a conta garantida que tem contratada. Abaixo segue tabela referente à posição em 31 de dezembro de 2012 e 2011 quanto à utilização da conta:

Conta Garantida	31/12/2012	31/12/2011
Contratada	**225.000**	140.000

Valorização dos instrumentos financeiros: O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

			31/12/2012		31/12/2011	
	Categoria	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	**20.813**	**20.813**	59.488	59.488
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	**30.925**	**30.925**	165	165
Cauções e depósitos vinculados	Empréstimos e recebíveis	–	**36.049**	**36.049**	50.122	50.122
Consumidores concessionários	Empréstimos e recebíveis	–	**608.900**	**608.900**	552.677	552.677
Ativo indenizável (concessão)	Disponível para venda	3	**1.032.063**	**1.032.063**	561.536	561.536
Passivo						
Empréstimos e financiamentos	Empréstimos e recebíveis	–	**455.458**	**454.081**	638.499	636.867
Debêntures	Empréstimos e recebíveis	–	**898.268**	**850.482**	773.073	776.284
Fornecedores	Empréstimos e recebíveis	–	**450.433**	**450.433**	317.865	317.865
Instrumentos financeiros derivativos	Empréstimos e recebíveis	–	**2.431**	**2.431**	–	–

As aplicações financeiras registradas nas demonstrações financeiras (classificadas tanto como caixa e equivalentes de caixa quanto títulos e valores mobiliários) aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados. **Valor justo hierárquico:** A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: • Nível 1 - dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo; • Nível 2 - dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado; • Nível 3 - dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado. **Instrumento financeiro derivativo:** Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (*swap*) de 31 de dezembro de 2012 estão dispostos abaixo:

Derivativo	Valor da curva	Valor de mercado (contábil)	Diferença
Swap - HSBC Bank Brasil S.A.	**(123)**	**(2.432)**	**(2.309)**

A estimativa de valor de mercado das operações de *swap* foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela BM&F na posição de 31 de dezembro de 2012. A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Em 31 de dezembro de 2012 havia apenas *swap* CDI para taxa fixa, a fim de diminuir a exposição às flutuações dos índices de mercado. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia detinha operações de *swap* conforme demonstrado abaixo:

	Início	Vencimento	Condições do *swap*
HSBC BANK BRASIL S.A.	03/09/2012	16/06/2017	CDI + 1,02% a.a. 10,05% a.a.
HSBC BANK BRASIL S.A.	08/11/2012	15/06/2016	CDI + 1,20% a.a. 9,59% a.a.

As operações de derivativos são realizadas a fim de proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos "Investment Grade" com "expertise" necessária para as operações. A Companhia tem por política não negociar e/ou contratar derivativos especulativos. **Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme Instrução da CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008:** Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises. Vide abaixo análise de sensibilidade nas dívidas da Companhia estabelecida através da projeção das despesas financeiras para os próximos 12 meses de acordo com a curva futuro dos indicadores divulgada pela BM&F:

Indexador do contrato	31/12/2012	Cenário + 25%	Cenário + 50%
CDI	**5.895**	**7.138**	**8.362**
IPCA	**84.660**	**93.732**	**102.696**
TJLP	**17.636**	**20.093**	**22.524**
FIXO	**9.296**	**9.296**	**9.296**
Total	**117.487**	**130.259**	**142.878**

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do *swap* da Companhia:

Indexador do contrato	31/12/2012	Cenário + 25%	Cenário + 50%
Debênture 1ª série - 6ª e 7ª emissão	**17.351**	**20.943**	**24.482**
Swap ponta ativa	**(17.351)**	**(20.943)**	**(24.482)**
Swap ponta passiva	**21.375**	**21.375**	**21.375**
Total	**21.375**	**21.375**	**21.375**

Conforme demonstrado acima, a variação do CDI sobre a parcela da dívida coberta pelo *swap* é compensada inteiramente pelo resultado oposto de sua ponta ativa. Ao mesmo tempo em que os encargos dessa dívida são substituídos pelos juros fixos da ponta passiva, evitando que oscilações do mercado afetem as despesas financeiras da Companhia. **34. COMPROMISSOS:** Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia são dispostos abaixo:

	Vigência até	2013	2014	2015	2016	2017	Após 2017
ITAIPU	2023	241.207	246.031	250.952	255.971	261.090	1.679.929
PROINFA	2030	60.235	62.945	65.715	68.344	71.077	1.229.064
ENERTRADE	2022	48.278	50.451	52.721	55.093	57.573	329.136
CCEAR 2006	2013	249.467	–	–	–	–	–
CCEAR 2007	2014	44.682	46.692	–	–	–	–
CCEAR 2007 - Energia Existente (A-1)	2014	6.068	6.341	–	–	–	–
CCEAR 2008 - Energia Existente	2015	75.934	79.351	82.843	–	–	–
CCEAR 2009 - Energia Existente	2016	45.780	47.840	49.945	51.943	–	–
CCEAR 2008 - Energia Nova	2022/2037	20.388	21.305	22.243	23.132	24.058	198.380
CCEAR 2009 - Energia Nova	2023/2038	24.741	25.854	26.992	28.071	29.194	251.318
CCEAR 2009 - Energia Nova (A-3)	2023/2038	37.620	39.313	41.043	42.684	44.392	1.063.858
CCEAR 2010 - Energia Nova	2024/2039	94.647	98.906	103.258	107.388	111.683	2.424.368
CCEAR 2011 - Energia Nova	2025/2040	50.596	52.873	55.199	57.407	59.703	1.394.401
CCEAR 2010 - Energia Nova (A-3)	2024	8.495	8.878	9.268	9.639	10.025	82.345
CCEAR 2012 - Energia Nova (A-5)	2026/2041	115.179	120.362	125.658	130.685	135.912	2.616.459
CCEAR 2011 - Energia Nova (A-3)	2025	3.147	3.289	3.433	3.571	3.713	35.584
CCEAR 2013 - Energia Nova (A-5)	2027/2042	312.785	326.861	341.243	354.892	369.088	5.028.292
CCEAR 2012 - Energia Nova (UHE Santo Antonio)	2041	12.124	32.261	50.511	54.429	56.606	2.300.803
CCEAR 2013 - Energia Nova (UHE Jirau)	2042	32.890	62.594	90.720	111.735	116.204	5.033.003
CCEAR 2016 - Energia Nova (A-5)	2035/2045	–	–	–	20.694	21.522	645.036
Cota MP579 (estimativa)	2042	40.515	42.338	44.201	45.969	47.808	2.070.642
Angra I e II	2045	54.731	57.194	59.710	62.099	64.583	3.356.125
Total		1.579.509	1.431.679	1.475.655	1.483.746	1.484.231	29.738.743

Os valores relativos aos contratos de compra de energia representam o volume total contratado pelo preço corrente no final do exercício de 2012 que foram homologados pela ANEEL. **35. PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS:** A Companhia implantou o programa de participação dos empregados nos resultados, nos moldes da Lei nº 10.101/00 e artigo nº 189 da Lei das Sociedades por Ações, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos; metas estas que vem desde o plano estratégico da Companhia até sua respectiva área, além de uma avaliação comportamental para cada colaborador. O montante estimado dessa participação para o exercício findo em 31 de dezembro 2012 foi de R$ 11.944 (R$ 9.370 em 2011). **36. COBERTURA DE SEGUROS:** Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional do Grupo Endesa, com o valor em risco para danos materiais no montante de R$ 716.943, com um limite de cobertura para lucros cessantes de R$ 2.245.264 e um limite geral de indenização, por sinistro, no montante de R$ 101.478. A Companhia também mantém um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Endesa no valor de R$ 525.292 por sinistro ou agregado anual. Ambos os programas têm validade no período compreendido de 1 de novembro de 2012 a 31 de outubro de 2013.

	Data de vigência			Limite máximo de
Riscos	De	Até	Importância segurada	garantia por sinistro
Risco operacional	01/11/2012	31/10/2013	**716.943**	**101.478**
Responsabilidade civil	01/11/2012	31/10/2013	**n/a**	**525.292**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

No dia 27 de março de 2013, reuniu-se o Conselho de Administração da Ampla Energia e Serviços S.A. para examinar as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012. Examinadas as referidas Demonstrações Financeiras, decidiu o Conselho de Administração exarar o seguinte parecer:

Parecer

Os membros do Conselho de Administração da Ampla Energia e Serviços S.A., abaixo assinados, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2012, compreendendo o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado, de Outros Resultados Abrangentes, complementadas pelas Notas Explicativas, com base no parecer dos Auditores Independentes, Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.A., recomendam, aos Acionistas, a aprovação das referidas Demonstrações Financeiras, as quais obedecem aos dispositivos legais e regulamentares e estão em condições de serem apreciadas pela Assembléia Geral Ordinária.

Niterói, 27 de março de 2013.

Mario Fernando de Melo Santos
Presidente da Mesa e do Conselho
Antonio Basilio Pires e Albuquerque
Nelson Ribas Visconti
José Alves de Mello Franco
José Távora Batista
Cristián Eduardo Fierro Montes
Elizabet Codeço Almeida
Ramón Francisco Castañeda Ponce
Luciano Galasso Samaria

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

Marcelo Andrés Llévenes Rebolledo – Diretor Presidente
Teobaldo José Cavalcante Leal – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Déborah Meirelles Rosa Brasil – Diretora Jurídica
Carlos Ewandro Naegele Moreira – Diretor de Recursos Humanos
José Alves de Mello Franco – Diretor de Regulação
Bruno Golebiovski – Diretor Comercial
Claudio Manuel Rivera Moya – Diretor Técnico
Aurélio Ricardo Bustilho de Oliveira – Diretor de Planejamento e Controle

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Após examinadas, discutidas e revisadas as Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício social findo em 31/12/2012, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, de mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação do lucro de 2012 e pagamento de dividendos, diante dos esclarecimentos prestados pelo controller da Companhia, Sr. Claudio Roberto de Azevedo Ferreira, foi, pela unanimidade dos presentes, declarado que tais documentos apresentam informações completas, precisas e verdadeiras, refletindo adequadamente a situação da companhia e de seus negócios e, que, portanto, concordam integralmente com os termos contidos nos referidos documentos, bem como que concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes da Companhia, tudo nos termos da Instrução CVM nº 480, de 07/12/09. Assim sendo, recomendam a aprovação de tais documentos pelo Conselho de Administração da Companhia e pelos seus acionistas, reunidos em assembléia geral ordinária.

Niterói, 11 de março de 2013.

Marcelo Andrés Llévenes Rebolledo
Diretor Presidente
Teobaldo José Cavalcante Leal – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Carlos Ewandro Naegele Moreira – Diretor de Recursos Humanos
José Alves de Mello Franco – Diretor de Regulação
Bruno Golebiovski – Diretor Comercial
Claudio Manuel Rivera Moya – Diretor Técnico
Aurélio Ricardo Bustilho de Oliveira – Diretor de Planejamento e Controle

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Conselheiros Efetivos
Mario Fernando de Melo Santos
Antônio Basilio Pires e Albuquerque
Nelson Ribas Visconti
José Távora Batista
Ramón Francisco Castañeda Ponce
José Alves Mello Franco
Cristián Eduardo Fierro Montes
Luciano Alberto Galasso Samaria
Elizabet Codeço de Almeida Lopes

Conselheiro Suplente
Otacilio de Souza Junior

Contador Responsável - Claudio Roberto de Azevedo Ferreira – CRC-RJ 078103/O-1

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Teobaldo José Cavalcante Leal – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores (interino)
Isabel Alcântara – Responsável por Relações com Investidores
ri@ampla.com
55 85 3453-4995
55 85 3453-4028
55 21 2613-7773

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da **Ampla Energia e Serviços S.A. -** Niterói - RJ. Examinamos as demonstrações financeiras da Ampla Energia e Serviços S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ampla Energia e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Rio de Janeiro, 27 de março de 2013. ERNST & YOUNG TERCO - Auditores Independentes S.S. - CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ. Márcio F. Ostwald - Contador CRC - 1RJ 086.202/O-4.